



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

V Legislatura

Número: 47

III Sessão Legislativa

Horta, Terça-feira, 29 de Novembro de 1994

Presidente: Deputado Madruga da Costa

Secretários: Deputados Gaspar da Rosa e Hélio Pombo (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado António Gomes).

Sumário

(Os trabalhos iniciaram-se às 15,25 horas)

Depois de lida a correspondência entrada na Mesa, procedeu-se à leitura de vários Votos:

- Voto de Congratulação apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS sobre aprovação da Proposta de Resolução que visa "A manutenção na Ilha de Santa Maria Do Centro de Controlo Oceânico e demais serviços nela Sediados", o qual foi apresentado pela Sra. Deputada Nélia Figueredo (*PS*) e intervieram os Srs. Deputados Alvarino Pinheiro (*CDS/PP*), José Maria Bairos (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*) e Carlos César (*PS*), tendo sido aprovado por unanimidade.
- Voto de Saudação apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS sobre o "Dia do Poder Local".

A apresentação coube ao Sr. Deputado Ricardo Barros (*PS*) e sobre ele intervieram os Srs. Deputados Jorge Valadão (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Alvarino Pinheiro (*CDS/PP*) e Carlos César (*PS*).

O Voto em apreço foi aprovado por maioria.

- Voto de Saudação sobre o "Dia Mundial da Luta contra a Sida", apresentado pelo mesmo Grupo Parlamentar e cuja apresentação coube ao Sr. Deputado Francisco de Sousa (*PS*).

Usaram da palavra os Srs. Deputados Álvaro Manito (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Fernando Menezes (*PS*), Jorge Cabral (*PSD*), Francisco Sousa (*PS*), Alvarino Pinheiro (*CDS/PP*), Francisco Sousa (*PS*) e foi aprovado por unanimidade.

- Voto de Saudação do Grupo Parlamentar do PS sobre o "Dia Internacional da Pessoa com Deficiência", constituindo o mesmo também uma saudação a todos os que contribuem para a reabilitação e acompanhamento da Pessoa com Deficiência.

Este Voto foi aprovado por unanimidade.

A apresentação foi feita pela Sra. Deputada Lisete Silveira (*PS*) e sobre ele intervieram os Srs. Deputados Paulo Valadão (*PCP*) e Ana Gomes (*PSD*).

- Voto de Protesto pelo "Não cumprimento por parte do Governo da República das responsabilidades financeiras para com a Universidade dos Açores determinadas pela Assembleia da República", tendo consequências negativas e prejudiciais para o funcionamento daquela Universidade.

Este Voto foi apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS e sobre o mesmo usaram da palavra os Srs. Deputados Silva Melo (*PS*), a quem coube a sua apresentação, Paulo Valadão (*PCP*), Fernando Lopes (*PS*), Alvarino Pinheiro (*CDS/PP*), Victor Cruz (*PSD*) e Fernando Menezes (*PS*).

O Voto acima mencionado foi aprovado por unanimidade.

- Voto de Pesar sobre o "Falecimento do Dr. Viriato Machado Costa Garrett" apresentado pela Representação Parlamentar do CDS/PP e simultaneamente pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A apresentação do primeiro voto coube ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro (*CDS/PP*) e do segundo à Deputada Fátima Oliveira (*PSD*), tendo sido os mesmos aprovados por unanimidade.

Sobre estes Votos usaram da palavra os Srs. Deputados Ricardo Barros (*PS*) e Paulo Valadão (*PCP*).

- Voto de Pesar apresentado pela Representação do Partido Comunista Português, sobre o "Falecimento do Maestro Fernando Lopes Graça".

Sobre este Voto usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Valadão (*PCP*), Fernando Menezes (*PS*), Gustavo Frazão (*PSD*), tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade.

- Voto de Pesar sobre o "Falecimento do Sr. António Simas da Costa", autarca que esteve ao longo de mais de 18 anos à frente dos destinos da Câmara Municipal de São Roque do Pico.

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade e intervieram os Srs. Deputados Rui Pedro Ávila (*PS*), a quem coube a sua apresentação, Álvaro Manito (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*) e Alvarino Pinheiro (*CDS/PP*).

Para Tratamento de Assuntos de Interesse Político Relevante, usaram da palavra os Srs. Deputados Rui Melo (*PSD*), Fernando Menezes (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Hélio Pombo (*PS*), Mark Marques (*PSD*) e Fernando Fonte (*PS*).

Os trabalhos tiveram o seu termo sem que se tivesse dado a entrada no **Período da Ordem do Dia**.

(Os trabalhos terminaram às 20.00 horas)

Presidente: Srs. Deputados muito boa tarde. Agradecia que tomassem os vossos lugares para se proceder à chamada.

(Eram 15.25 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados: PSD - Alberto Madruga da Costa, Álvaro Manito, Ana Gomes Silva, António Almeida, Artur Martins, Carlos Morais, Carlos Silva, Fátima Oliveira, Gaspar da Rosa, Gastão

Barbosa Pacheco, Gustavo Medeiros, Humberto Melo, João Cunha, Jorge Cabral, Jorge Valadão dos Santos, José Aguiar, José Gonçalo Botelho, José Manuel Nunes, José Maria Bairos, Manuel Amaral, Manuel Brasil, Manuel Gil Ávila, Mark Marques, Rosa Maria Machado, Rui Melo, Victor Cruz, Victor Evaristo; PS - António Gomes, António Silva Melo, Carlos César, Duarte Pires, Fernando Fonte, Fernando Lopes, Fernando Menezes, Francisco Oliveira, Francisco Sousa, Hélio Pombo, José Humberto Chaves, Lisete Silveira, Manuel Serpa, Nélia Figueiredo, Ricardo Barros, Rogério Serpa, Rui Pedro Ávila; PCP - Paulo Valadão; CDS/PP - Alvarino Pinheiro).

Estão presentes 47 Srs. Deputados. Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos dar início ao Período de Antes da Ordem do Dia com a leitura da correspondência entrada na Mesa.

- Do Provedor de Justiça, recebemos um relatório relativo à actividade da Provedoria em relação ao ano de 1992.

(O relatório encontra-se arquivado no respectivo processo).

- Do Sr. Presidente da Alta Autoridade para a Comunicação Social remessa do boletim de informação desta entidade relativo a Maio de 1994.

(O boletim acima referido encontra-se arquivado no respectivo processo).

- Do Presidente do Parlamento das Bermudas, uma carta agradecendo o acolhimento que lhe foi dado na Região pela Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

- Do Sr. Dr. Carlos Manuel Mendonça uma carta que me é dirigida pedindo a renúncia do seu mandato com efeito a partir do dia 15 de Novembro pelo que se declara a partir deste momento efectiva.

Secretário (*Hélio Pombo*): Da Junta de Freguesia da Lomba envio de um abaixo-assinado referente à localização do Aterro Sanitário dos Lameiros (Rocha do Touro).

(O abaixo-assinado acima referido encontra-se arquivado no respectivo processo).

Secretário (*Gaspar da Rosa*): Do Euro-Deputado Carlos Costa Neves uma carta manifestando a sua colaboração com a Assembleia, solicitando ao mesmo tempo a colaboração do Sr. Presidente. Dá também conhecimento da localização do seu Gabinete nos Açores e ainda em Bruxelas.

Secretário (*Hélio Pombo*): Da Lacto Açoreana um ofício dando conhecimento da fusão das empresas do Grupo Lacto por escritura efectuada em 06-09-94. Mais informa que a nova sociedade tem a denominação social de **Lacto Hibérica S.A.**, cuja Sede se situa na cidade da Ribeira Grande.

Secretário (*Gaspar da Rosa*): Do Gabinete do Sr. Ministro da República um ofício, cujo assunto é " Centro de Férias do INATEL/MADALENA/PICO". Sobre o mesmo assunto se anexa um ofício do Presidente da Direcção do INATEL que fala sobre a situação financeira do mesmo.

(O ofício acima referido encontra-se arquivado no respectivo processo).

- Da Santa Casa da Misericórdia da Horta um ofício dando conhecimento de um outro (Da Direcção Regional da Segurança Social) autorizando-a para alguns investimentos propostos por esta Instituição.

(O ofício acima mencionado encontra-se arquivado no respectivo processo).

Secretário (*Gaspar da Rosa*): Da Sociedade Filarmónica "Artista Faialense" um ofício comunicando a eleição dos novos corpos gerentes para o ano de 1994/95, cuja posse ocorreu em 18/10/94.

Secretário (*Hélio Pombo*): Da Assembleia Legislativa Regional da Madeira um ofício informando da composição da Mesa daquela Assembleia.

- Do Representante da Assembleia Legislativa Regional no Conselho da Opinião da RTP-Rádio Televisão Portuguesa S.A, Sr. Gustavo Moura, cópia de uma carta enviada ao Presidente daquele organismo.

(A carta acima referenciada encontra-se arquivada no respectivo processo).

- Da Associação Agrícola de S. Miguel um ofício ao qual se anexa um voto de repúdio aprovado por unanimidade nesta Associação, no passado dia 8/11/94, relativamente às verbas destinadas ao sector agrícola para 1995, no Orçamento da Região.

(O voto acima referenciado encontra-se arquivado no respectivo processo).

Secretário (*Gaspar da Rosa*). Do Secretário-Geral da Assembleia da República, um ofício dando conhecimento da admissão da **Proposta de Lei** sobre "**Suspensão da Aplicação do Art.º 10.º do Código do IRS às vendas ao Estado dos terrenos da Base das Lajes**" - apresentada por esta Assembleia Legislativa Regional. Mais se informa que o diploma em apreço foi registado com o nº 112/VI e baixou à 6ª Comissão (Economia, Finanças e Plano).

Secretário (*Hélio Pombo*) : Do Grupo Parlamentar do PS um ofício que diz o seguinte:

"Na sequência das alterações verificadas no Grupo Parlamentar do PS designadamente a renúncia do Senhor Deputado Carlos Mendonça e a afectação permanente da Sra. Deputada Lisete Silveira, a representação socialista nas Comissões Permanentes passa a ser a seguinte:

Comissão de Organização e Legislação

- António Silva Melo
- António Gomes
- Ricardo Barros
- Rogério Serpa
- Duarte Pires

- Hélio Pombo

Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais

- José Humberto Chaves

- Rui Pedro Ávila

- Carlos César

- Fernando Menezes

Comissão de Juventude e Assuntos Internacionais

- Fernando Fonte

- Lisete Silveira

- Francisco Sousa

- José Nascimento Ávila

- Nélia Figueiredo

Comissão de Economia, Finanças e Plano

- Dionísio de Sousa

- Fernando Lopes

- Mário Machado

- Francisco Oliveira

- Manuel Serpa"

Secretário (*Gaspar da Rosa*): Da Secção Regional do Tribunal de Contas dos Açores a remessa do Acórdão sobre a Conta de Gerência de 1992.

Secretário (*Hélio Pombo*): Do Gabinete do Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente um ofício informando que o assunto apresentado pelo Sr. Deputado Paulo Valadão do PCP, a coberto do requerimento n.º 1927, deverá ser dirigido à Secretaria Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia, pelo facto de o mesmo se enquadrar no âmbito desse Departamento.

Secretário (*Gaspar da Rosa*): Da Presidência do Governo um ofício anunciando a retirada da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 18/92- revogação do D.L.R. n.º 27/92/A, de 30 de Outubro.

Secretário (*Gaspar da Rosa*): Da Assembleia Municipal da Madalena um ofício remetendo a deliberação da mesma relativa " Às acções e medidas consideradas mais

prementes para empreendimento, no próximo ano no âmbito do Plano, cuja importância se considera de maior relevância".

(A deliberação acima referida encontra-se arquivada no respectivo processo.)

- Do Gabinete do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas um ofício remetendo cópias dos ofícios enviados aos Grupos e Representações Parlamentares da ALRA, e Deputado Independente, relacionados com a próxima apresentação e discussão do Plano para 1995.

(As cópias dos ofícios acima mencionados encontram-se arquivadas nos respectivos processos).

- Do Conselho Regional da Concertação Social um ofício remetendo o Parecer da CGTP sobre o Plano para 1995.

(O Parecer encontra-se arquivado no respectivo processo).

- Da Câmara Municipal da Praia da Vitória um ofício cujo assunto é: "Proposta de Plano e Orçamento para 1995".

(O Parecer da referida Câmara encontra-se arquivado no respectivo processo).

- Da Câmara Municipal da Ribeira Grande um ofício cujo assunto é: "Plano 95 - Projecto/Acções a desenvolver - desagregação a nível de Ilha".

(O documento acima mencionado encontra-se arquivado no respectivo processo).

- Do Conselho de Ilha do Pico um ofício enviando um comunicado elaborado pelo mesmo e solicitando que este seja divulgado junto das diversas bancadas dos partidos políticos com assento na ALRA.

(O Comunicado acima referenciado encontra-se arquivado no respectivo processo).

Secretário (Hélio Pombo): Da Assembleia Municipal da Horta um ofício remetendo fotocópia de Proposta de Recomendação, apresentada na última Sessão desta Assembleia e aprovada por unanimidade relativamente ao Porto da Horta.

(A Proposta de Recomendação encontra-se arquivada no respectivo processo).

- Estão Presentes os Diários da Assembleia Legislativa Regional dos Açores n.ºs 45 e 46, bem como os Suplementos n.ºs 45 e 46.

Consideram-se aprovados os Diários da Assembleia Legislativa Regional n.ºs 41, 42 e 43, bem como os Suplementos n.ºs 42 e 43 e a Separata n.º 6/V.

Secretário (Gaspar da Rosa): Do Sr. Deputado do CDS/PP Alvarino Pinheiro, um requerimento que diz o seguinte:

"Considerando que no passado dia 30 de Outubro correram chuvas torrenciais que afectaram sobremaneira a zona de Angra do Heroísmo, nomeadamente a freguesia de S. Bento;

Considerando que a Junta daquela Freguesia fez um levantamento dos prejuízos ocorridos na mesma, bem como a respectiva avaliação que aponta para um valor de 8.727 contos;

Considerando que as pessoas afectadas por aquela calamidade são de fracos recursos materiais e que a Junta de Freguesia de S. Bento não tem disponibilidades orçamentais para suportar o indispensável apoio aos sinistrados.

Ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis requero a V. Exa. que seja obtida informação junto do Governo Regional sobre:

a) Quais os apoios que o Governo Regional, através do programa apropriado, já disponibilizou para os sinistrados das chuvadas de 30 de Outubro passado, ocorridas em Angra do Heroísmo?

b) Caso não o tenha feito ainda, para quando e em que modalidade e montante irá o Governo Regional compensar os referidos sinistrados, nomeadamente os da Freguesia de S. Bento?

Angra do Heroísmo, 21 de Novembro de 1994.

O Deputado Regional do CDS/PP, Alvarino Pinheiro".

Secretário(*Hélio Pombo*): Do Sr. Deputado do PCP Paulo Valadão, um requerimento do seguinte teor:

"Exmo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores

Considerando que:

- 1.º - Numa Região constituída por ilhas, como a nossa, de pouco servem os portos e aeroportos, se não existirem meios de transporte que garantam as ligações inter-ilhas e destas para o exterior;
- 2.º - O navio da Transinsular que, ontem 24 de Outubro de 1994, escalou o porto das Flores, levou menos 20 contentores de bovinos do que o solicitado, pelo que ficaram nas Flores a aguardar embarque aproximadamente 250 bovinos;
- 3.º - Nesta altura do ano a retenção, na exploração, de animais que deviam ser exportados, causa prejuízos irreparáveis aos agricultores, quer pelo peso que os animais perdem, quer pela alimentação que utilizam que fará falta durante o Inverno àqueles que constituem o efectivo permanente da exploração;
- 4.º - O navio que escalou as Flores poderia ter embarcado mais animais e isso só não aconteceu por interesses que têm a ver com a empresa proprietária;
- 5.º - O pedido de reserva do transporte dos animais foi feito com mais de 15 dias de antecedência, pelo que a empresa proprietária do navio só o não satisfez por desinteresse e falta de respeito para com os agricultores da Ilha das Flores;
- 6.º - Não é compreensível que os animais exportados das Flores, sejam baldeados na Terceira, passem pelo Faial e por S. Miguel e só depois sigam para Lisboa.

Ao abrigo das disposições regulamentares e estatutárias aplicáveis requero que o Governo Regional me informe se irá diligenciar, com urgência, no sentido de ser facultado transporte aos bovinos que retidos nas Flores se destinam a ser exportados para Lisboa?

Assembleia Legislativa Regional, 25 de Outubro de 1994

O Deputado Regional do PCP, Paulo Valadão".

Secretário (Gaspar da Rosa): Do Sr. Deputado do PS Rui Pedro Ávila um requerimento cujo assunto é: "Projecto de consolidação, restauro e adaptação do Convento de S. Pedro de Alcântara, em São Roque do Pico, a estalagem (concluído) - Planos de 93 e de 94".

"O Convento de S. Pedro de Alcântara, em S. Roque, após a crise sísmica de 1973 que assolou a parte Norte do Pico, entrou num processo lento mas contínuo de degradação. Primeiro foram os serviços da Câmara Municipal, Repartição de Finanças e Tesouraria da Fazenda Pública a deixarem aquele imóvel, que haviam utilizado durante mais de um século e mais tarde, em Novembro de 1984 foi a vez do Notariado, Registo Civil e Tribunal da Comarca, procederem também à transferência das suas instalações, agora para o novo Edifício polivalente dos Paços do Concelho e das repartições Públicas, acentuando-se desde então a ruína já detectada, do tecto e paredes. Mas esta pequena resenha história é por demais conhecida de governantes e Picoenses.

Recuando ao passado recente, encontramos:

Planos da Região - Programa: Defesa e valorização do património, onde se referia, em relação à **Ilha do Pico,** a prioridade da defesa e melhoramento de imóveis com interesse arquitectónico:

1. Ano de 1990:

- Convento de S. Pedro de Alcântara, em S. Roque Pico - **20 mil contos;**
- Convento de S. Francisco, nas Lajes do Pico - **10 mil contos;**
- Museu dos Baleeiros, Lajes do Pico - **mil contos;**
- Museu do Vinho, Madalena - **5 mil contos;**
- **Plano de Salvaguarda das Lajes do Pico - 2 mil contos.**

2. Ano de 1991:

- Convento de S. Pedro de Alcântara, em S. Roque do Pico - **20 mil contos;**
- Convento de S. Francisco, Lajes do Pico - **10 mil contos;**
- Museu do Vinho, Madalena - **25 mil contos;**
- **Plano de Salvaguarda das Lajes do Pico - 5 mil contos.**

3. Ano de 1992:

- Convento de S. Pedro de Alcântara, S. Roque - **10 mil contos;**
- Convento de S. Francisco, Lajes do Pico - **15 mil contos;**
- Museu do Vinho, Madalena - **20 mil contos;**
- **Plano de Salvaguarda das Lajes do Pico - 2,5 mil contos.**

No **Relatório anual de execução** do Plano deste ano (1992), verificamos que, **na globalidade**, foi dispendida a verba de **5.063 contos**. Apenas se registaram duas iniciativas:

- Projecto de consolidação e restauro do Convento de S. Pedro de Ancântara ; e,
- **Elaboração do projecto** de consolidação e restauro, ampliação e adaptação do imóvel destinado ao Museu do Vinho - Madalena;

Não aparece qualquer referência nesse relatório de fim de ano, quer ao **Convento de S. Francisco - Lajes do Pico**, quer ao **Plano de Salvaguarda das Lajes** (esta nunca mais será referida até hoje).

4- Ano de 1993:

Encontramos no Relatório anual de execução do Plano Regional o seguinte,

- Convento de S. Pedro de Alcântara, - concluídos o estudo prévio e o ante-projecto - **4.115 contos;**
- Museu do Vinho (Pico) - elaboração do projecto - **2.663 contos.**

5. Ano de 1994:

- Pagamento do projecto - Museu do Vinho, Madalena (concluído) - **5 mil contos;**
- Pagamento do projecto de "**consolidação, restauro e adaptação a Estalagem, do Convento de S. Pedro de Alcântara**, em S. Roque do Pico" - **3 mil contos;**

Consultando o relatório de execução disponível (**até Junho/94**), verificamos que, até essa data não foi dispendida qualquer verba, e indicam-se as seguintes iniciativas (?):

- **Convento de S. Pedro de Alcântara - concluídos o estudo prévio e o ante-projecto (adaptação a Estalagem);**
- **Museu do Vinho - em fase de projecto; (?)**

6. Ano de 1995 (actual Proposta de Plano em fase de apreciação):

- **Consolidação, recuperação e adaptação do imóvel a Museu do Vinho da Madalena - 30 mil contos;**
- **Início das obras de consolidação e restauro, incluindo a execução da nova cobertura, da Igreja do Convento de S. Francisco, nas Lajes do Pico - 30 mil contos;**
- **Consolidação e restauro de fortes da Região (onde está incluído o Forte de Santa Catarina nas Lajes do Pico) - verba global de 5 mil contos;**
- **Reformulação do projecto (?) de acordo com o novo programa de recuperação e adaptação do Convento de S. Pedro de Alcântara, em S. Roque do Pico - 0,5 mil contos, ou sejam 500 contos.**

É lógico pois, que se retirem já as seguintes ilações:

- **Desde 1987 e ao longo de mais de 7 anos, não se passou da fase de projecto, nestas intenções do Governo, de defesa e preservação do Património, na ilha do Pico;**
- **O Governo Regional demitiu-se das suas obrigações patrimoniais, quanto ao Convento de S. Pedro de Alcântara, pois é o único imóvel deste Programa de Defesa e Preservação do Património, para a ilha do Pico, que não está contemplado com qualquer verba para arranque das obras;**
- **Parece que, finalmente, irão avançar as obras no Museu do Vinho da Madalena e no Convento de S. Francisco e Forte de Santa Catarina, das Lajes;**
- **Convento de S. Pedro de Alcântara - parece ser intenção do Governo, promover agora, em 1995, um novo e angustiante compasso de espera, como que dizendo: quanto mais estudos, mais tarde se fará a obra.**

Tendo em consideração o seguinte.

- **o projecto de restauro, consolidação e adaptação a Estalagem, do Convento de S. Pedro de Alcântara, foi recomendado pela Direcção Regional dos Assuntos Culturais, em 1988, depois do Município de S. Roque do Pico, se ter pronunciado por unanimidade favorável a essa solução, a pedido daquela Direcção Regional;**
- **Depois dessa data, em nenhuma outra altura, o executivo camarário, no seu todo, voltou a pronunciar parecer diferente do que acima referimos, nem o mesmo que foi solicitado oficialmente;**

- É o próprio relatório semestral de 1994 do Governo que refere: "**concluídos o estudo prévio e o anteprojecto - Convento de S. Perdo de Alcântara**", e podemos mesmo adiantar que **o mesmo já recebeu o parecer favorável da Secretaria Regional do Turismo e Ambiente, quanto à adaptação a Estalagem.**

Assim, em face do acima exposto e ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Deputado abaixo assinado, solicita ao Ex^o. Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, os seguintes esclarecimentos:

1. Quando será encomendado o projecto definitivo de adaptação a Estalagem do Convento de S. Pedro de Alcântara, em virtude de ser a melhor solução para a salvaguarda de tão importante monumento arquitectónico, solução que, aliás, vem sendo implementada profusamente em tantos outros Conventos, por esse país além, desde Guimarães a Tomar?

2. Quando prevê o governo iniciar as obras de consolidação, restauro e adaptação a Estalagem do referido Convento?

3. Para a realização desta importante obra de adaptação a Estalagem, - infraestrutura turística que muito viria contribuir para o desenvolvimento do turismo na ilha do Pico, especialmente no concelho de S. Roque, - não será ainda tempo de reforçar substancialmente a verba irrisória (500 contos), com que se dotou esta obra na Proposta de Plano-1995?

4. Julgamos que é possível e seria um acto de inteira justiça para com os picoenses, pelo que perguntamos:

Pretende o governo, na vigência do seu actual mandato, resolver definitivamente esta questão e concluir o Museu do Vinho na Madalena, Convento de S. Francisco e Forte de Santa Catarina, nas Lajes, obras essas, relativas à defesa e preservação do património arquitectónico da ilha do Pico?

Horta, Sala das Sessões, 14 de Novembro de 1994.

O Deputado Regional do PS, do Círculo da Ilha do Pico, Rui Pedro Ávila".

Secretário (Hélio Pombo): Dos Srs. Deputados do PS Rui Pedro Ávila e Manuel Serpa, um requerimento dirigido ao Sr. Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações, cujo assunto é: "Plano Regional Médio Prazo

- 1993/1996 e Proposta de Plano Anual 1995 - Infraestruturas Aeroportuárias - Aumento da Pista do Pico", do seguinte teor:

"A ilha do Pico, infelizmente, é a mais penalizada relativamente à falta de infraestruturas, tendo em conta a sua população residente.

Se somos a segunda ilha em dimensão, a terceira em população, estamos muito longe de atingirmos estes níveis, quanto a infraestruturas aeroportuárias, particularmente em termos de operacionalidade.

Já vem de há longos anos, a reivindicação justa, exequível e necessária, por parte de Deputados, Autarcas e opinião pública da Ilha do Pico, de se aumentar a pista do aeroporto da ilha.

Finalmente vimos esta pretensão consagrada em termos de planeamento por parte do Governo Regional.

No Plano de Médio Prazo 1993-96, vem explicitado que: "se prosseguirá à modernização das **infraestruturas aeroportuárias da Região com vista a melhorar as condições de operacionalidade e segurança... Objectivos - Prosseguir investimentos que visem a obtenção de vantagens operacionais ...**" e quanto à ilha do Pico, em relação à concretização destes objectivos, previam-se as seguintes verbas: **Ano de 1995 - 110 mil contos; ano de 1996 - 150 mil contos; Total - 260 mil contos.**

Os Deputados confiaram. Pacientemente esperámos dois anos e aguardámos que o planeado, viesse a ser cumprido.

É esse o dever dum Governo que honra as suas promessas e respeita os cidadãos que o elegeram.

Mas, enganaram-se e os Picoenses também, mais uma vez.

Na proposta do Plano para 1995, que agora se discute, **não foi incluída qualquer verba para o aumento da pista do aeroporto do Pico.**

É desesperante.

Dos objectivos deste **Programa - Transportes Aéreos**, previstos no Plano de Médio Prazo 1993-96, apenas as verbas para as obras na pista do Pico não foram contempladas. Todas as outras obras, nos aeroportos de S. Miguel, Terceira, Flores e Corvo, foram incluídas ou estão incluídas.

Terá sido esquecimento, devido à substituição do responsável operada na Secretaria que tutela as obras de infraestruturas aeroportuárias na Região' Esperemos que sim, pois os Picoenses não merecem mais esta afronta.

Em face do acima exposto, os Deputados abaixo assinados, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, solicitam ao Exmo. Sr. Secretário Regional da Hábitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações, os seguintes esclarecimentos.

Não será ainda possível rectificar, como dever de justiça para com os Picoenses, a Proposta de Plano - 1995, quanto a "melhoramentos de infraestruturas aeroportuárias"; Programa 15 - Aeroporto do Pico a inscrever a verba que estava prevista no Plano de Médio Prazo para 1995?

Horta, Sala das Sessões da Assembleia Legislativa Regional, 14 de Novembro de 1994.

Os Deputados Regionais do PS, do Círculo da ilha do Pico, Rui Pedro Ávila e Manuel Goulart Serpa".

Secretário (Gaspar da Rosa): Um Requerimento do Sr. Deputado do CDS/PP Alvarino Pinheiro do seguinte teor:

"- Considerando que a Escola Secundária Vitorino Nemésio, na Praia da Vitória, apesar de já se encontrar em funcionamento nos últimos dois anos lectivos e das obras estarem concluídas há longa data, incompreensivelmente não lhe tem sido facultada a utilização de todas as infraestruturas construídas, o que penaliza sobremaneira a qualidade do ensino ministrado e a requerida formação integral dos alunos;

- Considerando que, perante o inaceitável silêncio do departamento competente do Governo Regional, o ano lectivo para os 10.º e 11.º anos do ensino ainda não teve início naquele Estabelecimento Escolar, uma vez que o desleixo, incompetência e incúria governamental reinante fez com que a escola Secundária da Praia da Vitória não fosse ainda equipada com o mobiliário mínimo indispensável à utilização das salas de aula necessárias ao seu normal funcionamento.

- Considerando que tal irresponsabilidade governamental deve merecer a maior repulsa de professores, alunos e encarregados de educação, já que afecta o brio

profissional de uns e o legítimo direito à educação dos outros, atingida que está a primeira metade do 1.º período escolar do presente ano lectivo;

- Considerando que face às vultuosas dotações orçamentais para o sector, e à circunstância do projecto de construção da Escola da Praia da Vitória já estar concluído, é de todo injustificável esta insustentável, vergonhosa e calamitosa situação.

Ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais requeiro a V. Exa. que seja solicitada ao Presidente do Governo Regional informação urgente sobre os seguintes pontos:

1 - Qual o motivo que levou o governo a, passados dois anos do início da actividade da escola Secundária da Praia da Vitória, não ter encomendado atempadamente o mobiliário indispensável ao seu normal funcionamento?

2 - Quem foram os responsáveis por tão inaceitável e incompetente omissão e qual a sanção que lhes foi aplicada?

3 - Quais os verdadeiros motivos que impediram a entrega total das instalações aos responsáveis pela Escola, dado que as mesmas estavam há longo tempo concluídas?

4 - Para quando está prevista a entrega do requerido mobiliário à escola, e do equipamento pedagógico e desportivo em falta?

5 - Para quando o início das aulas e como vai o Governo Regional salvaguardar o total cumprimento do programa escolar, por forma a não penalizar o nível e o ritmo dos conhecimentos a ministrar?

Praia da Vitória, 14 de Outubro de 1994.

O Deputado Regional, Alvarino Pinheiro".

Secretário (Hélio Pombo): Dos Srs. Deputados eleitos pelo Círculo eleitoral da ilha do Corvo Hélio Pombo e José Manuel Nunes, o seguinte requerimento:

"- Considerando que correspondência e encomendas enviadas via CTT para o Corvo, encontram-se atrasadas aproximadamente 3 meses;

- Considerando que as referidas malas de correio não embarcam por falta de disponibilidade no avião da SATA que voa para esta ilha;

- Considerando a necessidade de ultrapassar esta situação lesiva para a população do Corvo;

Socilitamos ao Senhor Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o favor de tomar as medidas necessárias para pôr ponto final a esta actuação por parte da Transportadora Aérea Regional.

Corvo, 18 de Novembro de 1994.

Os Deputados Regionais eleitos pela Ilha do Corvo, José Manuel Avelar Nunes e Hélio João Pombo".

Secretário (Gaspar da Rosa): Do Sr. Deputado Rui Pedro Ávila um requerimento que diz o seguinte:

"Assunto: Obras de Protecção da Orla Marítima da Vila das Lajes do Pico.

Desde 1986 que se arrastam as indefinições do Governo Regional, sobre o tipo de obras a efectuar, para protecção da Orla Marítima das Lajes do Pico.

Os Lajenses suportaram nesse ano, mais uma noite de angústia e de incerteza, quanto a vidas e haveres, perante a visão dum mar alteroso que, em ondas enfurecidas, galgava a terra e invadia o campo de futebol e balneários, ruas, casas e quintais.

De então para cá, muitos têm sido os rogos e pedidos feitos ao Governo, para que ponha fim a estas arrelias e preocupações de várias gerações de residentes na Vila das Lajes do Pico.

Mas, os autarcas, os Deputados, as "forças vivas" do concelho e da Ilha, não tem conseguido do Governo, mais que simples respostas e promessas de que, **o assunto será estudado.**

Assim foi também - quando, em resposta a um requerimento que apresentei ao Governo em Janeiro desse ano, o Secretário das Obras Públicas de então, me informava o seguinte: (passo a transcrever)

"...já foram apresentados pelo projectista, HIDROTÉCNICA PORTUGUESA, duas soluções para a resolução dos galgamentos da orla costeira, cujos custos estimados são respectivamente de 113 mil contos e 970 mil contos. a fim de se eleger em definitivo a melhor solução para esta obra, irão ser, logo que haja disponibilidades financeiras, executados no LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil, os ensaios em modelo reduzido das soluções já preconizadas, cujo custo ascende a 30 mil contos. Após a conclusão dos referidos ensaios e

eleita a melhor solução que poderá vir a ser diferente das duas já indicadas, proceder-se-á então à elaboração do projecto para execução da obra". (fim de citação).

Esta resposta, repito, é de 30 de Março de 1993.

Até ao fim desse ano nada mais se fez.

O Plano do governo para 1994, no que respeita à protecção da Orla Marítima, prevê para a ilha do Pico, a **verba de 35 mil contos**.

O Plano de Médio Prazo do Governo 1993-1996, previa a utilização de verbas do Poseima-ambiente para estudos da protecção da orla marítima em algumas zonas da Região.

Agora a proposta de Plano - intenções de investimentos - do Governo Regional para 1995, refere: "ao nível da protecção da orla marítima continuarão os estudos conducentes à sua protecção, recuperação e gestão" e noutra parágrafo adianta " ...O Poseima-Ambiente é um programa onde se concentram algumas acções ao nível da **recuperação das lagoas...**", e no desenvolvimento do programa n.º 19 - Protecção da Orla Marítima, apenas diz que se "...pretende prosseguir com o desenvolvimento de estudos no âmbito da protecção, recuperação e gestão da orla marítima, nomeadamente das Lajes do Pico...", e prevê uma **dotação de 10 mil contos**.

Desta transcrição ressalta que, foi abandonada a ideia do programa comunitário Poseima-Ambiente financiar estes estudos e que a verba inscrita em 1995 é menos do que a terça parte do presente ano.

Se a esta reflexão aduzirmos que, **até junho deste ano**, segundo o Relatório semestral elaborado pelo Governo, **não foi dispendida qualquer verba no estudo da protecção da orla marítima das Lajes**, somos forçados a concluir que **nada se fez nos últimos dois anos e ficamos com a certeza de que os picoenses, não têm merecido do Governo Regional, quanto a esta questão, a mínima atenção e respeito**.

em face do acima exposto o deputado abaixo assinado solicita ao Exmo. Sr. Secretário Regional da Habitação, obras Públicas, Transportes e Comunicações os seguintes esclarecimentos:

1. Quais os motivos porque ainda não foram efectuados no LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil os "ensaios em modelo reduzido das soluções já preconizadas" pela Hidrotécnica Portuguesa, cujo custo era estimado em **30 mil contos, em 1993** e essa verba constava do Plano para o corrente ano?
2. Será que ainda irão ser "encomendados" na vigência do actual Plano, ou seja, em apenas dois meses?
3. Se tal não acontecer, como julgamos, e porque se trata apenas duma proposta - este Plano para 1995 ainda em fase de estudo e discussão -, não seria aconselhável que o Governo corrigisse a verba prevista, relativa ao estudo da protecção da orla marítima das Lajes do Pico e dotasse essa rubrica com uma verba minimamente compatível com o custo dos estudos a efectuar?
4. Não seria isso um acto de justiça para com os picoenses, atendendo aos anos já decorridos sem que se tenha encontrado qualquer solução para esta grave carência infraestrutural desta Vila?
5. Como pretende o Governo implementar esses estudos com uma **verba de 10 mil contos**, - verba essa **inscrita na proposta do Plano de 1995 - quando em 1993 o seu custo estava estimado em 30 mil contos?**
6. O Governo Regional quer resolver esta questão, na vigência do seu actual mandato - 1993/96 - ou **os** Lajenses e os Picoenses continuarão a ser ludibriados com respostas e promessas que **nunca serão cumpridas?**

Horta, Sala das Sessões da ALRA, 2 de Novembro de 1994.

O Deputado Regional do PS, pela ilha do Pico, Rui Pedro Ávila".

Secretário (Hélio Pombo): Da Secretaria Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia resposta ao requerimento do Sr. Deputado do PS Fernando Menezes, cujo assunto é: "Prejuízos verificados nos equipamentos eléctricos dos moradores de Santa Bárbara, na Ilha do Faial" que diz o seguinte:

"Em resposta ao requerimento n.º 1568 apresentado pelo Sr. Deputado Fernando Manuel Machado Meneses, remetido a esta Secretaria Regional em anexo ao ofício n.º 3314 do Gabinete de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa Regional, encarrega-me Sua Excelência o Secretário Regional da Juventude,

Emprego, Comércio, Indústria e Energia de remeter a V. Exa. fotocópia da carta da Empresa de Electricidade dos Açores, EP, n.º 90203, de 94-09-22.

Com os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete, João José Branco Cordeiro de Medeiros".

A carta da Empresa de Electricidade dos Açores, EP, diz o seguinte:

"Na sequência do ofício de V. Exa. com a ref.ª 2966, de 94.08.03 e sobre o assunto referenciado em epígrafe, cumpre informar o seguinte:

1- Por força das anomalias ocorridas na rede de transporte e distribuição de energia eléctrica que abastece os moradores de Santa Bárbara, na ilha do Faial, na noite de 17 para 18 de Outubro de 1993, a Empresa de Electricidade dos Açores, suportou, parcialmente os prejuízos verificados em equipamentos eléctricos de diversos clientes residentes naquela localidade, à excepção dos clientes Raúl Manuel Lima Dutra Goulart, Manuel Guiomar Goulart Medeiros e Fernando Luis Vargas da Silva;

2- A não atribuição pela EDA de uma indemnização a estes clientes, fundamentou-se na seguinte ordem de razões:

a) Trata-se de instalações que, ao tempo da ocorrência, revestiam-se de natureza provisória, não obstante, por critérios de ordem social, o consumo de dois dos seus titulares, Raul Manuel L. D. Goulart e Fernando L. Vargas da Silva, ser facturado à tarifa normal para usos domésticos, a requerimento dos mesmos;

b) O cliente Manuel G. Medeiros, jamais requereu o mesmo tratamento, para além de, até ao presente, não ter realizado as obras necessárias para que a EDA, ao abrigo das disposições legais e regulamentares aplicáveis, efectuasse a ligação definitiva da instalação;

c) O carácter provisório das instalações com a natureza das dos clientes em apreço encontra-se legalmente definido e corresponde a uma determinada finalidade, como por exemplo o fornecimento de energia a uma obra, arraiais ou semelhantes, instalações estabelecidas com carácter transitório, etc.. Como tal, e em conformidade com o disposto no artigo 631.º do Regulamento de Segurança de Instalações de Utilização de Energia Eléctrica, aprovado pelo Decreto-lei n.º 740/74, de 26 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei n.ºs 303/76, de 26 de

Abril, e 77/90, de 12 de Março, assim como pelo Decreto Regulamentar n.º 90/84, de 26 de Dezembro, a fiscalização do Governo poderá dispensar, quanto a estas instalações, a aplicação de algumas das condições do Regulamento de Segurança de Redes de Distribuição de Energia Eléctrica em Baixa Tensão, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 90/84, de 26 de Dezembro;

d)- Entre as prescrições cujo cumprimento pode ser dispensado citam-se por exemplo, as relativas a quedas de tensão e secções nominais.

É pois, um tipo de instalação que, do ponto de vista técnico pressupõe condições mínimas de funcionamento adequadas ao fim para o qual a mesma é ligada mas que, não responde às necessidades próprias de uma instalação definitiva, no presente caso destinada a usos domésticos, quer em termos de qualidade do fornecimento, quer em termos de segurança dos equipamentos eléctricos domésticos por ela alimentados.

É neste contexto que radica a posição tomada por esta empresa quanto à pretensão dos clientes em apreço, agravada pelo facto de à data da ocorrência não estarem concluídas as infra estruturas eléctricas do loteamento no qual estão localizadas as moradias dos reclamantes, obra esta da responsabilidade do loteador, o que sempre obstou a que a EDA efectuasse as ligações definitivas em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Com os melhores cumprimentos e elevada consideração.

O Presidente do Conselho de Administração, João Vasco Paiva".

Secretário (Gaspar da Rosa): Do CDS/PP uma carta dando conta de que esta Representação Parlamentar subscreve, genericamente, o conteúdo da Petição da Associação de Proprietários Agrícolas da Ilha de S. Jorge relativa à alteração da norma que permite a fixação administrativa da renda dos prédios rústicos para fins de exploração agrícola e pecuária.

Informa ainda que o CDS/PP muito brevemente entregará ao Presidente da ALRA o seu Projecto de Decreto Legislativo Regional de Alteração à Legislação sobre Arrendamento Rural.

Secretário (Hélio Pombo): Resposta a um requerimento do Sr. Deputado do PS, Fernando Menezes, cujo assunto é: "Participação de duas equipas dos Açores na Regata Vannes-Açores-Vannes".

"Relativamente ao requerimento do Sr. Deputado Fernando Manuel Machado Menezes, que deu entrada nessa Assembleia, em 94-09-01, com o n.º 1788, encarrega-me Sua Excelência o Presidente do Governo de transmitir a V. Exa., que por informação prestada pela Secretaria Regional do Turismo e Ambiente, aproveita o Sr. Secretário Regional a oportunidade para realçar a forma dedicada e exemplar como o Clube Naval da Horta, entidade co-organizadora deste acontecimento, conseguiu concretizar com grande êxito a passagem pela Horta desta importante regata.

1. A Secretaria Regional do Turismo e Ambiente participou no pagamento das despesas efectuadas pelas duas equipas de açorianos no montante de 500.000\$00 cada.

2. Na altura dos trabalhos preliminares da regata, bem como aquando da partida da mesma, deslocaram-se a Vannes o Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente e o Presidente do Clube Naval da Horta, tendo o valor global das 4 passagens sido de 523.450\$00.

Por conta da verba referida no ponto anterior foram igualmente pagas pela Secretaria Regional do Turismo e Ambiente passagem para um dos concorrentes, bem como para um membro da sua comissão de apoio.

3. A todos os concorrentes, organizadores e acompanhantes foram entregues as seguintes ofertas:

1 T-Shirt no valor de 448\$00

1 Mapa dos Açores no valor de 79\$00

1 Acendedor no valor de 80\$00

1 Esferográfica no valor de 40\$00

Aos dois concorrentes açorianos que participaram pela primeira vez nesta prova, e à semelhança do que havia feito na edição anterior com o único concorrente açoriano, foi oferecida, a cada um, uma salva de prata, sendo o valor total de 79.650\$00

Foi também oferecido o prato em porcelana da Vista Alegre, com o brasão da região, no valor de 3.500\$00, às seguintes entidades organizadoras:

- Presidente da Câmara Municipal de Vannes

- Director do Porto de Vannes

- Presidente do Júri da regata
- Delegado da Juventude e Desporto do Golfo de Morbihan
- Presidente da "Association des Plaisanciers Port de Vannes"
- Presidente da "Société des Regattes de Vannes"

4. Durante a estadia dos concorrentes foram oferecidos pela Secretaria Regional do Turismo e Ambiente um almoço, um jantar de entrega de prémios e um "Happy Hour" no dia da chegada do primeiro concorrente.

Com os melhores cumprimentos.

Pel' O Secretário-Geral, Maria da Conceição M. Vieira".

Secretário (Gaspar da Rosa): Da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, resposta a um requerimento dirigido pelo Sr. Deputado António das Neves Lopes Gomes cujo assunto é: "Cooperativas que pretendam Criar Fundo de Maneio com a Cooperação do Governo".

"Relativamente ao requerimento do Sr. Deputado António das Neves Lopes Gomes, que deu entrada nessa Assembleia, em 94-09-27, com o n.º 1957, encarrega-me sua Excelência o Presidente do Governo de comunicar a V. Exa. que, por informação da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, o assunto ainda se encontra em fase de estudo.

Com os melhores cumprimentos.

O Secretário-Geral, Rui Nina da Silva Lopes".

- Da Secretaria Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações, resposta a um requerimento dirigido pelo Sr. Deputado Carlos Manuel da Silva cujo assunto é: "Iluminação Eléctrica do Porto das Poças em Santa Cruz das Flores".

"Em referência ao ofício n.º 1617 dessa Secretaria-Geral relacionado com o assunto designado em epígrafe, encarrega-me Sua Excelência o Secretário Regional de informar o seguinte:

1. Pediu-se em tempos a colaboração à E.D.A. para ceder algumas armaduras para iluminação do Porto, o que tendo tido aceitação, nunca se concretizou.
2. Comprou-se em Lisboa várias armaduras inclusivamente para o Porto das Lajes. Logo que façam a entrega montar-se-ão algumas no Porto das Poças.

3. Uma rede definitiva de iluminação pública terá de ser executada posteriormente, mediante projecto e em função da capacidade técnica e financeira dos serviços.

Com os melhores cumprimentos.

O Adjunto do Secretário Regional, Eduardo de Medeiros".

Secretário (Hélio Pombo): Resposta a requerimento do Sr. Deputado do PS António das Neves Lopes Gomes, cujo assunto é a "Construção do Ramal de Média Tensão para a Fajã dos Vimes em S. Jorge".

A resposta vem da Secretaria Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia e diz o seguinte:

"Em resposta ao requerimento n.º 1954, apresentado pelo Senhor Deputado António das Neves Lopes Gomes, e remetido a esta Secretaria Regional em anexo ao ofício n.º 4065, de 94-09-29, do Gabinete de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa Regional, encarrega-me S. Exa. o Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia de transmitir a V. Exa. que a Empresa de Electricidade dos Açores (EDA), EP, apresentou o seguinte esclarecimento:

"1- A EDA, em tempo oportuno, procedeu à realização de um estudo e levantamento topográfico com vista a instalação de um ramal de média tensão destinado à electrificação da Fajã dos Vimes, na Ilha de S. Jorge;

2- O mesmo concluiu pela inviabilidade técnica da instalação do referido ramal, atentas as acentuadas inclinações do terreno que, apresentando um desnível médio de 65%, atinge em alguns pontos o valor de 105%;

3- No presente, a EDA procede ao estudo de um traçado alternativo, cuja estimativa de custos se anexa, que pretende aproveitar a proximidade entre a localidade em apreço e a Fajã dos Bodes, para a instalação de um único Posto de Transformação para a alimentação das duas redes de baixa tensão, devendo o respectivo levantamento topográfico ser efectuado brevemente."

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe de Gabinete, João José Branco de Medeiros".

- Resposta a requerimento do Sr. Deputado do PS António das Neves Lopes Gomes, sobre "Abastecimento de água às explorações agrícolas de S. Jorge".

"De acordo com o programa de trabalho aprovado para o IROA, realizaram-se em Maio de 1994 reuniões com as Câmaras Municipais das Velas e da Calheta com o objectivo de acertar metodologias e estabelecer um calendário para a realização de acções relativas ao abastecimento de água à pecuária da Ilha.

Na sequência dessas reuniões estabeleceu-se o seguinte programa de trabalho que mereceu a 27 de Maio de 1994 despacho favorável de S. Exa. o Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

CONCELHO DAS VELAS

1994 - Compilação, tratamento e análise de informação estatística e cartográfica correlacionada com as infraestruturas de abastecimento de água ao Concelho.

- Realização de trabalhos de campo com objectivo de identificar e quantificar as várias alternativas técnicas de abastecimento de água à pecuária, integradas ou não no Sistema Geral de Abastecimento ao Concelho.

- Selecção das alternativas com viabilidade técnico-económica e elaboração do Plano Geral de Abastecimento de Água à Pecuária do Concelho das Velas.

- Apresentação, debate, rectificação e aprovação do Plano pela C.M. das Velas.

- Protocolo SRAP/C. M. Velas que estabeleça as responsabilidades administrativas, técnicas e financeiras das duas entidades.

- Cronograma das acções a realizar, aprovado pelas duas entidades.

1995 - Elaboração de projectos e início de execução das obras.

1996 - Continuação da elaboração de projectos e continuação da execução das obras.

CÂMARA DA CALHETA

1994 - Análise das propostas técnicas apresentadas no Plano Director de Água para Abastecimento ao Concelho da Calheta e respeitantes ao sector agro-pecuário.

- Trabalho de campo para confirmação das propostas técnicas do Plano relativas ao abastecimento de água à pecuária e identificação/quantificação de eventuais alternativas.

- Apresentação, debate, rectificação e aprovação pela C.M. de eventuais propostas alternativas para o abastecimento de água à pecuária.
- Protocolo SRAP/C.M. Calheta - responsabilidades administrativas, técnicas e financeiras das duas entidades.
- Cronograma das acções a realizar, aprovado pelas duas entidades.

1995 - Elaboração de projectos.

1996 - Continuação da elaboração de projectos e início de execução de obras.

Actualmente - Outubro de 1994 - estão realizadas as acções de compilação, tratamento e análise da informação fornecida pelas duas Autarquias. Estão elaboradas propostas de protocolo que serão apresentadas às duas Câmaras Municipais em 1 de Novembro, e serão realizados os trabalhos de campo previstos para os dois Concelhos na semana de 31 de Outubro a 4 de Novembro de 1994. Prevê-se o cumprimento dos prazos acordados com as Autarquias para a execução das acções de abastecimento de água à pecuária na Ilha de S. Jorge.

O Presidente do IROA, *Eduardo Manuel Rosa*".

- Resposta a requerimento do Sr. Deputado do PS António das Neves Lopes Gomes cujo assunto é "Apoio à Lavoura Jorgense no Âmbito do PROAGRI".

"Na sequência do requerimento n.º 1953, apresentado pelo Senhor Deputado António das Neves Lopes Gomes, do Partido Socialista, encarrega-me S. Exa. o Secretário Regional da Agricultura e Pescas de informar V. Exa. do seguinte:

1. No âmbito do PROAGRI, foram aprovados em S. Jorge cinco projectos apresentados pela União de Cooperativas Agrícolas de S. Jorge, Cooperativa dos Lourais, Cooperativa Leiteira das Manadas, Cooperativa da Beira e Cooperativa Finisterra, cujos investimentos ascendem a 616.349.118\$00 a que corresponde um subsídio de 466.400.639\$00, tendo já sido pagos 123.079.037\$00. Nenhum projecto apresentado ao PROAGRI, na Ilha de S. Jorge foi reprovado.

2. Neste momento encontram-se suspensas as candidaturas ao PROAGRI, em virtude de estar em preparação a nova legislação, que resulta da entrada em vigor do QCA II.

Com os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete, *Mário Lourenço*".

Secretário (*Gaspar da Rosa*): Resposta oriunda da Secretaria Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações ao requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Paulo António Freitas Valadão, cujo assunto é " Horários Prestados pela SATA na Ilha das Flores".

"Em referência ao ofício n.º 3659 do Gabinete da Presidência da Assembleia Regional, relacionado com o assunto designado em epígrafe, encarrega-me Sua Excelência o Secretário Regional de informar o seguinte:

1. O encerramento do Aeroporto das Flores aos Sábados e Domingos é da exclusiva responsabilidade da ANA-EP, embora deva referir-se que numa perspectiva de economia de exploração, os fluxos de tráfego existentes não justificam diferente solução;

2. À data de apresentação do requerimento em apreço não fora ainda divulgado o Horário de Inverno porque o mesmo se encontrava em fase final de elaboração;

3. O horário que, provisoriamente, se encontrava então disponível nos sistemas informáticos de reservas era um resumo do horário do Inverno anterior. Esta prática é habitualmente seguida apenas para permitir satisfazer casos pontuais de necessidade de reservas antecipadas;

4- O horário aprovado para o Inverno de 1994/1995 contempla ligações às Flores de Segunda a Sexta-Feira, como acontecia anteriormente, mas, para além disso reforça a capacidade oferecida com mais uma ligação semanal em ATP, por forma a satisfazer melhor as necessidades de transporte de carga e correio, sentidas no Inverno anterior.

Com os melhores cumprimentos.

O Adjunto do Secretário Regional, Eduardo Medeiros".

- Da Secretaria Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia resposta ao requerimento apresentado pelo Sr. Deputado António das Neves Lopes Gomes, cujo assunto é "Incentivos à Aquisição de Terras por Rendeiros".

"Relativamente ao requerimento do Sr. Deputado António das Neves Lopes Gomes, que deu entrada nessa Assembleia, em 94-09-28, com o n.º 1975, encarrega-me Sua Excelência o Presidente do Governo de comunicar a V. Exa. que, por informação da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, o diploma em causa ainda não foi posto em execução na Região, por questões financeiras.

Com os melhores cumprimentos.

O Secretário-Geral, Rui Nina da Silva Lopes".

- Do Sr. Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia resposta a um requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Paulo António de Freitas Valadão, cujo assunto é: "Centro de Férias do INATEL a Construir na Madalena do Pico"

"Relativamente ao requerimento do Sr. Deputado Paulo António de Freitas Valadão, que deu entrada nessa Assembleia, em 94-09-26, com o n.º 1927, encarrega-me Sua Excelência o Presidente do Governo de comunicar a V. Exa. que, o Sr. Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia não foi consultado, nem tem conhecimento, da alegada intenção do INATEL de não contruir o centro de férias na ilha do Pico.

Quanto ao eventual financiamento comunitário do projecto, a Direcção Regional de Estudos e Planeamento informou o INATEL, através do ofício n.º 380, de 94-07-29, do qual foi dado conhecimento à referida Secretaria Regional, do seguinte:

"(...) Na reunião de discussão das fichas técnicas do PEDRAA II, não se levantou, por parte da União Europeia, qualquer objecção ao princípio de se poderem apoiar projectos vocacionados para centros de férias e ocupação de tempos livres.

Fica assim, previsto o princípio da elegibilidade de projectos conforme solicitado por Vossa Excelência. (...)"

Com os melhores cumprimentos.

Pel' O Secretário-Geral, Maria da Conceição M. Vieira".

- Da Secretaria Regional da Educação e Cultura, resposta a um requerimento apresentado pelo Sr. Deputado António de Freitas Valadão do seguinte teor:

Em resposta ao ofício n.º 3987, de 21/09/94, do Gabinete de Sua Excelência Presidente da Assembleia Legislativa Regional, encarrega-me Sua Excelência o Secretário Regional da Educação e Cultura de transmitir o seguinte:

Para análise da memória descritiva verifica-se que foram mantidos os taxistas que já vinham efectuando os transportes no ano lectivo anterior o que obedece à legislação em vigor sempre que haja igualdade nas propostas.

Concelho das Lages das Flores - foi adjudicado ao Sr. César Augusto Fonseca proprietário de uma carrinha Peugeot com lotação para 7 lugares propondo-se transportar 10 alunos com menos de 12 anos.

Propõe-se o mesmo fazer os percursos Fajãzinha - Fajã Grande e costa do Lagedo - Lages pelo preço diário de 4 220\$00, ida e volta.

Verifica-se que os restantes concorrentes terão que fazer várias viagens uns enquanto que outros propõem um preço mais elevado.

Concelho de Santa Cruz das Flores - foi adjudicada ao taxista Arcílio Garcia da Costa que se propõe efectuar os circuitos Caveira - Santa Cruz - Ponta Ruiva - Cedros, pelo preço de 5 000\$00.

Os restantes concorrentes ou só efectuavam o percurso ou propunham um preço mais elevado.

Há no entanto um concorrente com proposta inferior a 520\$00 que segundo informação da Direcção Escolar não obedece às mínimas condições para o transporte de crianças conforme informação obtida pela Delegação Escolar, devido ao facto do táxi à mesma hora efectuar vários fretes para além do comportamento menos recomendável do motorista.

Com os melhores cumprimentos.

O Chefe do Gabinete: *José Manuel Lourenço*"

Em anexo: Projecto inicial de Transportes Escolares - ano lectivo 1994/95.

(O anexo acima referido encontra-se arquivado no respectivo processo).

- Da Secretaria Regional da Educação e Cultura resposta a um requerimento dirigido pelo Sr. Deputado Paulo António de Freitas Valadão:

Assunto: Requerimento 1872 do Sr. Deputado Paulo António de Freitas Valadão do Partido Comunista Português.

Em resposta ao ofício n.º 3967, de 20/09/94, do Gabinete de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa Regional, encarrega-me Sua Excelência o Secretário Regional da Educação e Cultura, de transmitir o seguinte:

1.º - O Fundo Regional de Acção Social Escolar tem estado a aguardar reforço à verba inscrita no Orçamento na rubrica de transportes uma vez que a mesma é insuficiente para cumprir com os encargos obrigatoriamente assumidos com os transportes escolares da Região.

2.º - Em cumprimento do despacho de 29/08/94, Sua Excelência o Secretário Regional da Educação e Cultura, foi dado início ao pagamento dos montantes em dívida às empresas, tendo sido possível apenas efectuar o pagamento do mês de Janeiro à Federação dos Municípios das Flores no valor de 3 268 311\$00, ficando em dívida 12 270 935\$00.

Não pode o Fundo Regional de Acção Social Escolar garantir a data exacta da liquidação total da dívida aguardando-se a todo o momento o reforço pedido.

Com os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete: *José Manuel Lourenço*

Secretário (*Gaspar da Rosa*): Está presente na Mesa uma Ante-Proposta de Lei apresentada pelo Sr. Deputado do PS Fernando Menezes, cujo assunto se relaciona com a "Actividade dos Desportistas Náuticos da Região".

Secretário (*Hélio Pombo*): Da Presidência do Governo um ofício remetendo a Proposta de Resolução "Limite de Avals a Conceder pela Região Autónoma dos Açores em 95".

Secretário (*Hélio Pombo*): Do Sr. Deputado do PCP Paulo Valadão deu entrada na Mesa um Projecto de Decreto Legislativo Regional que "Altera os meios de prova da existência dos contratos de arrendamento rural permitindo o acesso de todos os agricultores a fundos Comunitários".

- Do Gabinete do Sr. Secretário das Finanças, Planeamento e Administração Pública, um ofício remetendo o Plano para 1995.

Secretário (*Gaspar da Rosa*): Do Gabinete do Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública um ofício remetendo a Proposta de Orçamento para 1995.

Secretário (*Hélio Pombo*): Da Presidência do Governo um ofício remetendo a Ante-Proposta de Lei sobre "Projectos de Investimento constantes do Plano a Médio Prazo

da Região Autónoma dos Açores para o quadriénio 93/96 - Contracção de Empréstimos"

- Da Presidência do Governo um ofício remetendo a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 16/94 "Criação do Sistema de Incentivos da Região Autónoma dos Açores- S.I.R.A."

- Do Sr. Deputado do CDS/PP, Alvarino Pinheiro, um Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre alterações ao Arrendamento Rural.

Secretário (*Hélio Pombo*): Estão presentes na Mesa da ALRA os seguintes Relatórios e Pareceres:

Comissão Permanente de Organização e Legislação:

- Relatório a que se refere o artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

- Relatório e Parecer sobre a verificação de poderes do candidato não eleito na lista do Partido Socialista, Sr. José Nascimento Ávila, pelo círculo eleitoral da Ilha Graciosa.

- Parecer sobre a Conta de Gerência da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, referente ao ano de 1992.

Comissão de Economia, Finanças e Plano:

- Relatório a que se refere o artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

- Relatório e Parecer sobre a Proposta de Resolução - Limite de Avals a Conceder pela Região Autónoma dos Açores em 1995.

- Relatório e Parecer sobre a Ante-Proposta de Lei - Projectos de Investimento Constantes do Plano a Médio Prazo da Região Autónoma dos Açores, para o quadriénio 1993/1996 - Contracção de Empréstimos.

- Parecer sobre o Plano e Orçamento para 1995.

Comissão Permanente da Juventude e Assuntos Sociais:

- Relatório da Comissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais, nos termos do artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Comissão da Política Geral e Assuntos Internacionais:

- Relatório a que se refere o artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Presidente: Srs. Deputados gostaria de fazer menção de dois ofícios que foram recebidos na Mesa e que não foi feita referência na devida altura.

Trata-se de um ofício do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, em que informa subscrever genericamente o conteúdo de uma petição que foi presente à Assembleia Legislativa Regional dos Açores pela Associação dos Proprietários Agrícolas de S. Jorge e informando que a Representação Parlamentar do CDS/ Partido Popular, entregaria com a possível brevidade um Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre a "Alteração à Legislação sobre Arrendamento Rural", o que já veio a acontecer.

Também deu entrada uma carta do Sr. Carlos Mendonça, (na altura Deputado) dando conta das razões que o levaram a pedir a sua renúncia ao mandato de Deputado que tinha na Assembleia Legislativa Regional dos Açores e que pelo conteúdo se vai reproduzir no Diário das Sessões. Se os Srs. Deputados estiverem interessados em ver eu passaria, uma vez que o conteúdo, talvez um pouco emotivo, desta carta, dispensaria a sua leitura, se não se importarem.

"Excelência

No dia 7 de Novembro fez catorze anos que pela primeira vez respondi com um sim, convicto, à chamada no plenário da então oficialmente denominada Assembleia Regional dos Açores.

Decorridos quase três anos luz, sempre com a mesma convicção e progressivamente aumentando e enraizando o motivo que me impeliu para a defesa da causa pública, neste contexto, esse acto unitário transformou-se num número constituído por três dígitos ao longo de quase década e meia.

Por um motivo que me é e será por toda a vida penoso recordar, não me foi possível "responder à chamada" três ou quatro vezes, no decurso de todo o meu tempo de mandato.

A próxima chamada não responderei. Não voltarei a responder jamais.

Contudo no meu íntimo e até Deus me dar capacidade de discernimento e dedução nada se modificará em mim e direi sempre, "PRESENTE", mesmo "ausente" e as

costas nunca voltarei a tudo aquilo que me fez correr, que poderia resumir numa simples frase:

"A Autonomia Regional que ajudei a criar e o seu aprofundamento que de alma e coração, ao qual sempre imprimi todo o esforço que as minhas limitadas capacidades humanas me permitiam, colocando pedra sobre pedra, para que dos alicerces chegassemos um dia ao fim desse magnífico edifício.

Senhor Presidente

Tudo na vida tem princípio e fim!

Sou defensor acérrimo de que todos devemos ter a noção de que na vida há tempo para entrar e também existe o tempo para sair de todo e qualquer processo em que estejamos envolvidos .

Defendo igualmente que mais importante ainda que o momento da entrada é sabermos determinar de moto próprio o momento de saída.

Era esta a decisão que tinha formulado e iria cumprir deixando a actividade parlamentar no final do presente mandato.

Por motivos exclusivamente pessoais e que Vossa Excelência bem conhece, pois que me apoiou moralmente em tal matéria, fui forçado a antecipar o corte umbilical com o Parlamento Regional mais cedo do que aquilo que tinha estabelecido como meta final.

A vida prega-nos destas brincadeiras!

É sempre difícil dizer "até sempre" a tudo e todos os que nos cercam! São portas da vida que se fecham para não mais voltarem a abrir-se!

Sempre seria penoso para mim abandonar o Parlamento Regional no fim da presente Legislatura. Contudo tal decisão já estava intrinsicamente tomada e o decurso do tempo amadurece, sobretudo os momentos dolorosos da vida!

As decisões abruptas são mais duras! Logo mais sentidas!

Tudo o que acabo de referir dá-lhe a conhecer a razão, de facto, e os motivos pelos quais apresentei a Vossa Excelência o meu pedido de renuncia ao meu mandato de Deputado Regional no dia 15 de Novembro do presente ano.

Os meus princípios morais e a minha conduta político-parlamentar impõem-me que lhe roube estes breves momentos e lhe solicite, se assim o entender, que dê, pela

forma que achar mais adequada, conhecimento desta carta a todos os ex-colegas da nossa Assembleia Regional, ao Governo Regional e a todo o corpo de funcionários dessa casa.

As minhas desculpas pelos meus erros e omissões e todo e qualquer acto mais colérico que imprimi ao longo destes catorze anos, mas um Parlamento quer-se vivo e sempre com capacidade para réplicas e trélicas.

Nesse pressuposto torno extensivos os votos acabados de formular aos mais de 100 colegas que se anteciparam a mim na sua saída, bem como a todos quantos no mesmo período passaram pela bancada do Governo e igualmente a todo o ex-corpo de funcionários da Assembleia que nesta data já aí não se encontra.

Continuarei sempre igual a mim próprio.

Se alguma vez for necessário, noutro contexto, voltarei a dizer "presente".

Uma saudade muito profunda dum colega com quem tanto aprendi! Dr. Melo Alves!

Aqui fica pois o preito da minha simples mas sentida homenagem.

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional do Açores

Excelência

(Caro amigo)

A sua verticalidade, honestidade e honorabilidade pessoais aliadas à profunda dignidade como sempre desempenhou os cargos políticos que, em algumas circunstâncias lhe deixaram cair nos braços, muito em particular a forma profícua, independente e valorativa para a Autonomia Regional, como sempre tem desempenhado o mais alto cargo autonómico - Presidente do Parlamento Açoriano - impelem-me que lhe diga:

Não abandone o barco !

Vossa Excelência conhece bem todos os baixios destes torrões de Portugal espalhados pelo Atlântico !

Vossa Excelência é o timoneiro certo para levar o barco a bom porto!

Consigo o barco não irá ao fundo!

Continue!

Aceite Senhor Presidente os meus mais cordiais cumprimentos, aliados a sinceros votos de uma riqueza profunda no melhor bem que a vida tem - a saúde - extensivos a toda a sua família!

Assina: *Carlos Mendonça*".

Passamos à segunda parte do Período de Antes da Ordem do Dia com a apreciação dos votos entrados na Mesa.

Em primeiro lugar e de acordo com o nosso Regimento, vamos apreciar um Voto de Congratulação apresentado por um grupo de Deputados do Partido Socialista.

Pedia a um dos Srs. Deputados proponentes o favor de procederem à apresentação deste Voto.

Deputada Nélia Figueiredo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

"VOTO DE CONGRATULAÇÃO

A economia da Ilha de Santa Maria, tem ao longo dos últimos 50 anos, vivido fortemente dependente do movimento gerado em torno dos serviços do Aeroporto, nomeadamente nos resultantes da permanência na Ilha do Centro de Controlo Oceânico.

A desactivação desses serviços, embora contrária ao estipulado no Despacho Conjunto de Suas Excelências o Sr. Ministro dos Transportes, Ministro da República e Presidente do Governo Regional de 14 de Abril de 1983, tem sido paulatinamente defendida pela A N A EP, que com esse objectivo, tem desencadeado as medidas necessárias à sua transferência para Lisboa.

Cientes das consequências nefastas daí resultantes para a Região em geral e para a economia mariense em particular, o grupo denominado por " forças vivas da Ilha de Santa Maria", tem vindo a desencadear uma série de acções, com o objectivo de chamar a atenção das entidades regionais e nacionais, para a necessidade da manutenção do Centro de Controlo Oceânico em Santa Maria.

Nesse âmbito, foi enviada uma Petição à Assembleia da República, tendo resultado, como consequência da sua análise, a elaboração de uma Proposta de Resolução sobre a matéria.

A Assembleia Legislativa Regional congratula-se com a aprovação no passado dia 3 de Novembro da Proposta de Resolução denominada " Manutenção na Ilha se Santa Maria do Centro de Controlo Oceânico e demais serviços nela sediados", por considerar que foi dado mais um passo, no sentido de fazer valer a razão que assiste aos marienses, na defesa da manutenção daqueles serviços em Santa Maria. A Assembleia Legislativa Regional dos Açores estima ainda que o Governo acate, a vontade manifesta pela Assembleia da República, e diligencie no sentido de serem tomadas medidas concretas que conduzam à permanência do Controlo Oceânico na Ilha de Santa Maria".

Presidente: Está aberta a discussão sobre este voto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A Representação Parlamentar do CDS/Partido Popular está em sintonia com os objectivos contidos neste Voto de Congratulação apresentado pelo Partido Socialista. Trata-se, porém, de uma matéria em que apesar do reconhecido mérito que os órgãos legislativos da Região e nomeadamente as entidades de Santa Maria que têm estado directamente envolvidas nessa matéria têm, de facto, desencadeado uma acção meritória.

Acontece que também receamos, tal como vem referido no fim deste voto, que o peso político das resoluções da Assembleia da República junto do Governo da República possa ser idêntico ao peso político das resoluções da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, junto do Governo Regional dos Açores. E se, porventura, houver alguma semelhança entre as formas como cada um destes executivos, pese a diferença de um ser órgão da soberania e o regional depender directamente desta Casa, se houver alguma semelhança entre esses comportamentos, repito, receamos que possa cair em "saco roto" essa histórica resolução da Assembleia da República face a esta legítima pretensão da Região Autónoma dos Açores.

Ademais, a própria postura que os deputados do PSD - da maioria da Assembleia da República a quando da votação desta resolução - também não pode deixar de ser significativa, na medida em que se por um lado politicamente foi possível face ao "lobbie Regional" (permitam-me o termo) fazer aprovar essa resolução, não nos podemos esquecer que ela na altura foi ensombrada por propostas paralelas provenientes da maioria nacional, no sentido de se proceder a audições complementares que vão (se me permitem o termo) "pôr a raposa dentro do galinheiro", isto é, vão levar a que os responsáveis pelo Governo da República que têm desencadeado uma política exactamente oposta e frontal a estes objectivos, venham ter a possibilidade de expor os seus fundamentos junto da Assembleia da República.

Portanto, na nossa óptica, na óptica do CDS/Partido Popular, há por um lado, politicamente um acto nobre da Assembleia da República de dar uma satisfação aos desejos legítimos da Região Autónoma dos Açores e da sua Ilha de Santa Maria e por outro lado deixa o caminho para que os detractores desses objectivos venham a ser fundamentados em sede de Comissão Parlamentar e eventualmente fazer apagar o impacto que a referida resolução teve.

De resto, e fazendo eco de notícias que logo após à aprovação dessa resolução apareceram na imprensa em que tecnicamente fundamentavam que já tinham sido gastos não sei quantos milhões de contos nesse projecto do NAVE II para Lisboa, dando um pouco a entender e isso numa óptica de executivo de que a matéria estava consumada e portanto ultrapassada.

É nesse contexto e com a consciência de que a situação real não é tão líquida como a leitura que este Voto de Congratulação pode deixar transparecer, isto é, podemos estar perante uma situação que no fundo é oposta àquela que resulta da resolução aprovada na Assembleia da República.

Mas como aqui está tão só em apreciação o conteúdo deste Voto, e porque este Voto vem permitir que mais uma vez o órgão representativo do povo dos Açores manifeste no fundo a sua solidariedade para com essa justa pretensão. A Representação Parlamentar do CDS/Partido Popular vai votar favoravelmente, mas com a consciência bem avivada de que podemos estar a gastar os nossos últimos cartuchos

democráticos num processo que parece irremediavelmente ter oposição do Governo Social Democrata da República e estar no fundo imbuído do espírito anti-regional e anti-autonomista que caracteriza predominantemente a acção do executivo de Cavaco Silva.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Partido Social Democrata está completamente de acordo com o conteúdo do Voto de Congratulação aqui apresentado.

Ele vem no seguimento de uma luta desencadeada através de uma Comissão constituída na Ilha de Santa Maria que resultou numa petição e numa resolução que foram aprovadas por unanimidade na Assembleia da República.

Ouvindo as diversas considerações do Sr. Deputado que acabou de falar, neste momento, há uma parte que eu concordo e ao concordar vou expor a ideia do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, porque a petição e porque aquilo que nós ouvimos na Comunicação Social não é o suficiente para obrigar, neste caso o Ministro da Tutela que sabia que quem poderia dar instruções directas à empresa que tem a seu cargo o estudo e a implementação deste projecto e também por declarações de próprios responsáveis da ANA-EP que declaram que já foram investidos muitos milhões de contos, mas não podemos esquecer que grande parte deste investimento é equipamento que tanto pode ser colocado em Lisboa como pode ser colocado em Santa Maria. Não é uma justificação de fundo.

Atendendo que, de facto, uma resolução não obriga a que o Ministério da Tutela ou o Governo da República dê instruções específicas à ANA-EP para rever de novo o processo, o Partido Social Democrata vai apresentar uma Ante-Proposta de Lei onde será definido através de um artigo mais uma vez, para que o projecto seja implementado na Ilha de Santa Maria.

Será uma Proposta que entrará ainda hoje na Mesa da Assembleia e será mais uma forma de tentar evitar que se encontre uma solução para o controlo oceânico, como está a ser explorado neste momento pela ANA-EP e que poderá trazer grandes inconvenientes económicos e sociais para a Ilha de Santa Maria, inclusivamente para a Região.

Pelo conteúdo do Voto concordamos plenamente e o PSD pretende congratular-se pelo trabalho efectuado pela "Comissão de Defesa dos Interesses da Ilha Santa Maria" e que, de facto, esta luta que se tem dado há bem pouco tempo, venha a culminar no resultado que nós queremos que é a manutenção deste serviço na Ilha de Santa Maria e na Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Partido Comunista Português tem uma postura semelhante em relação a esta matéria tanto neste Parlamento como na Assembleia da República.

Evidentemente que vamos votar favoravelmente o Voto de Congratulação que estamos a apreciar.

Quando da análise da petição na Assembleia da República, o Deputado do Partido Comunista Português na altura, e na defesa dos interesses da manutenção do Centro de Controlo Oceânico em Santa Maria, afirmava a necessidade de serem tomadas medidas pela própria Assembleia da República mais eficazes, no sentido de que o Governo da República fosse obrigado a manter aquele serviço na Ilha Santa Maria.

A intervenção que fez - após a visita dos deputados da Assembleia da República à Região Autónoma dos Açores - o deputado Comunista que esteve nessa visita voltou a reafirmar como necessário e urgente serem tomadas medidas em relação à manutenção do Centro de Controlo Oceânico de Santa Maria.

Nos trabalhos da Proposta de Resolução aqui referida, o deputado Comunista na Assembleia da República, defendeu a necessidade da manutenção do mesmo Centro de Controlo. De modo que para nós é uma situação pacífica.

O mesmo não se poderá dizer doutros, nomeadamente o PSD, que pôs em risco na Assembleia da República a aprovação desta Proposta de Resolução e ela só foi aprovada mediante uma adenda que lhe foi acrescentada, adenda essa que, em nosso entender, só pode ser considerada positiva porque mereceu a aprovação da resolução.

Mas para Santa Maria quanto a nós isso é negativo, porque obriga, tal como a proposta que foi aprovada, à consulta de uma série de entidades em relação a estas matérias, ou seja, todo este processo continua sem uma resolução definitiva e isso

poderá ser prejudicial e poderá ter consequências na manutenção ou não em Santa Maria do mesmo Centro.

Pela nossa parte, pensamos que devemos-nos congratular com a aprovação da Proposta de Resolução.

Estamos de acordo com aquilo que foi dito pelo Sr. Deputado do CDS/PP, porque, efectivamente, este problema não está resolvido, falta muito para ser resolvido e é necessário cada vez mais força para exigir que o Governo da República cumpra a decisão que democraticamente foi tomada na Assembleia da República.

Em nosso entender, esta decisão deve ser cumprida, mas no entanto, todos nós sabemos que o Governo da República não o fará voluntariamente.

Penso que exactamente por isso, como forma de pressão sobre o Governo da República, este Voto de Congratulação é mais importante do que poderia inicialmente considerar-se.

Pensamos que este Voto - que com certeza irá ser aqui aprovado - poderá ser mais um desses meios de pressão que tem que ser exercido sobre o Governo da República no sentido de que cumpra a resolução.

Presidente: Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César(PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Só para acrescentar algumas observações sobre a matéria em discussão neste Voto de Congratulação.

Fica, em primeiro lugar, assente que é absolutamente importante que esta Assembleia, a poucos dias da audição do Ministro dos Transportes na Assembleia da República, tenha uma posição imediata, firme e construtiva sobre a matéria. Daí a razão pela qual se apresenta este Voto de Congratulação, daí a razão pela qual solicitamos ao Sr. Presidente da Assembleia que faça notícia deste Voto com a brevidade possível à Assembleia da República.

Deputado Rui Melo (PSD): Se for aprovado...!

O Orador: Eu penso que irá ser.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria de salientar o seguinte:

Aquando da discussão desta matéria na Assembleia da República, que acabou por ser votada por unanimidade, ocorreram um conjunto de situações que indiciam que este problema, como bem relevaram os Srs. Deputados Alvarino Pinheiro e Paulo Valadão, não é uma matéria resolvida.

Em primeiro lugar, sabe-se que prosseguem mesmo depois da aprovação dessa Resolução na Assembleia da República, investimentos no quadro da ANA para instalação do Centro de Controlo Oceânico em Santa Maria.

Em segundo lugar, sabe-se que prosseguem acções de formação profissional em países estrangeiros de controladores sediados e que têm o seu local de exercício profissional em Lisboa.

E em terceiro lugar, ocorreram circunstâncias pouco conhecidas do domínio público que atrasaram e precarizaram o processo de aprovação dessa resolução na Assembleia da República.

Pode-se tornar público, porque é verdade, ou seja, no mesmo dia em que essa matéria foi discutida na Assembleia da República, o Presidente do Grupo Parlamentar do PSD no Parlamento, dirigiu-se ao Partido Socialista solicitando:

- em primeiro lugar, o adiamento da discussão dessa resolução o qual foi recusado pelo Partido Socialista;
- em segundo lugar, um conjunto diversíssimo de alterações ao teor da resolução, o que foi recusado pelo Partido Socialista;
- e em terceiro lugar, que figurasse uma adenda com audição do Ministro dos Transportes que ocorreu esta semana e que só foi aprovada pelo Partido Socialista porque foi entendido que se essa adenda não constasse da resolução ela não seria aprovada pelo PSD na Assembleia da República.

O que significa que sobre esta matéria, não só também infelizmente para os Açores neste caso, não existe sintonia entre o PSD/Açores e o PSD nacional, como também não existe sintonia entre os órgãos de Governo próprio e os órgãos de soberania na sua vertente pelo menos maioritária.

É uma pena que assim aconteça, mas a contribuição desta Assembleia Legislativa Regional, exactamente nesta fase, deve ser no sentido de pressionar de forma ajustada

as circunstâncias em que nos encontramos através, designadamente, desta proposta de Voto de Congratulação.

É uma pena, como digo, que só em termos de solidariedade nacional o PSD nos falhe neste processo.

Gostaria ainda de fazer uma menção final à circunstância do anúncio da Ante-Proposta de Lei feita pelo Sr. Deputado José Maria Bairos nesta Assembleia.

Todas as iniciativas que venham no sentido de reforçar a posição da Região nesta sua reivindicação e neste domínio, são bem vindas e bem aceites pelo Partido Socialista.

Restará naturalmente, esclarecer sobre essa matéria, quanto ao enquadramento legal e constitucional de uma Ante-Proposta que diz respeito a um acto administrativo e de gestão de uma empresa pública, se for averiguado que o enquadramento legal e constitucional dessa Proposta não suscita especiais ou graves dúvidas. Da parte do Partido Socialista haverá certamente um apoio inequívoco a esta Proposta.

Gostaria também de dizer que infelizmente tem havido algumas falhas na forma de organização da defesa da Região e neste caso do Centro de Controlo Aéreo Oceânico da Ilha de Santa Maria.

Já hoje o PSD parece-me que não terá concordado que a Câmara Municipal de Vila do Porto fosse ouvida nesta fase na Assembleia da República. Portanto só será ouvido o Ministro dos Transportes.

Este, infelizmente, é mais um indício de que vos continua a falhar esse mecanismo de comunicação que tanto tem prejudicado os Açores e que essencialmente se baseia nesta contínua divergência de opinião entre o PSD/Açores e o PSD nacional sobre as questões mais importantes que afectam o desenvolvimento regional e o futuro dos Açores.

São estas as considerações que entendia complementares da aprovação deste Voto de Congratulação definido muito bem e em concordância com os Srs. Deputados dos outros partidos da oposição que aqui falaram sobre o enquadramento exacto e com o qual nos congratulamos por uma decisão que infelizmente ainda não atingiu o seu termo.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, antes de passarmos à votação deste Voto, e já o deveria ter feito mas não o fiz por lapso meu, gostaria de convidar o Sr. Deputado José Nascimento Ávila que substitui o Sr. Ex-Deputado Carlos Mendonça, a tomar o seu lugar na bancada do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

(Nesse momento o Sr. Deputado José Nascimento Ávila ocupou o lugar na bancada do Grupo Parlamentar do Partido Socialista).

Presidente: Posto isto, passamos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com este Voto de Congratulação mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos em seguida à apreciação de um Voto de Saudação respeitante ao "Dia do Poder Local".

Este Voto é apresentado por um grupo de Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Pedia a um dos seus subscritores o favor de o apresentar.

Deputado Ricardo Barros (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

"VOTO DE SAUDAÇÃO

No passado dia 26 do corrente mês a Região comemorou, pela nona vez consecutiva, o Dia do Poder Local que foi consagrado pela Resolução 12/85/A, aprovada por esta Assembleia em 13 de Julho de 1983.

Os deputados de então quiseram, com tal gesto, assinalar o significado histórico da aprovação do Decreto nº 25 que o Governo da Regência, instalado em Angra do Heroísmo, havia aprovado no dia 26 de Novembro de 1830, instituindo em Portugal as **juntas de paróquia**.

Porém, pesem embora as vicissitudes porque passou o Poder Local em Portugal, manda a verdade dizer que a tradição de uma administração de tal jaez é bem mais

antiga e radica mesmo os seus princípios em práticas de vivência comunitária anteriores à fundação da própria nacionalidade.

É nosso dever honrar a história e os compromissos assumidos pelos legisladores que nos antecederam e pugnar pelo aprofundamento dos princípios que genuinamente traduzem a essência do poder democrático e que, de forma tão indelével, marcam o sentir da mais pequena das nossas comunidades.

Que se não iludam os que pensam que, com o cerceamento do Poder Local, estão a contribuir para uma maior eficácia da gestão dos dinheiros públicos e que, dessa forma, porão fim ao despesismo do aparelho administrativo porque, com tal atitude apenas estão a ir contra a história e contra o sentir da esmagadora maioria da nossa população.

O Poder Local deve merecer o nosso mais profundo respeito e o nosso compromisso de tudo fazermos para o dotarmos dos meios indispensáveis à sua eficácia na certeza de que, com tal gesto, contribuiremos para a consagração do princípio da subsidiariedade, no que toca às atribuições colectivas dos diversos poderes públicos.

Assim, a Assembleia Legislativa Regional, reunida pela primeira vez após o dia 26 de Novembro, saúda todos os eleitos locais bem como os trabalhadores da administração autárquica e reitera o seu empenhamento na defesa do reforço do Poder Local".

Presidente: Está aberta a discussão sobre este Voto de Saudação.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A consagração do Dia do Poder Local pela Resolução 12/85/A, por esta Assembleia e com os votos de todos os partidos que nela tinham assento nessa altura, é por si só, um sinal e a prova do reconhecimento por parte desta Câmara perante o papel imprescindível da nossa Comunidade que é desenvolvida pelo Poder Local.

Este Voto apresentado pelo Partido Socialista é idêntico àquele que foi apresentado o ano transacto e isso por si só, o PSD como partido fortemente implantado no Poder Local saúda também todos os eleitos locais.

Isso não significa que só o facto de haver a consagração por esta Assembleia do Dia do Poder Local é o significado do reconhecimento do trabalho por ele desenvolvido.

A apresentação ou a votação de votos de saudação relativamente a esse dia é, na nossa perspectiva, e sem que isso signifique ou que seja é desconsideração pelo seu trabalho, é no fundo um voto redundante, ou seja, a sua consagração por si só, é um reconhecimento.

Atendendo, no entanto, à insistência com que votos desta natureza são apresentados e atendo ao respeito e consideração que todos os eleitos merecem por parte do Partido Social Democrata, este partido abster-se-á no que diz respeito a este Voto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós vamos votar favoravelmente esta saudação que o Partido Socialista propõe aos eleitos locais.

Pensamos mais uma vez que saudar aqueles que nas freguesias e nas câmaras municipais se esforçam para o progresso e o desenvolvimento das suas localidades, é importante.

E é importante fundamentalmente lembrar aqui que o problema não é só um problema de piedosa saudação.

É mais do que isso. É fundamental lembrar que para que as pequenas localidades se desenvolvam, elas têm necessidade de receber aquilo que lhes é devido por parte dos órgãos de Estado.

Infelizmente desde há muito que isso não se passa.

Todos nós sabemos e temos consciência da diversa legislação existente em relação aos meios financeiros que eram atribuídos ao Poder Local, e também todos nós temos consciência que de ano para ano, com a aprovação do Orçamento de Estado, essa legislação é infelizmente - dizemos nós - revogada tacitamente pelo mesmo.

Essa revogação que é feita, sistematicamente, pelo Orçamento de Estado tem causado prejuízos enormíssimos às nossas autarquias locais como a diminuição de transferências do FEF para as necessidades que efectivamente tanto as Câmaras Municipais como as Juntas de Freguesia têm, para contribuírem para o desenvolvimento dos seus próprios locais de trabalho.

Este nosso Voto de Saudação será também um voto de repúdio por aquilo que neste momento se está a passar na Assembleia da República.

É um voto de repúdio por aqueles que se não podem legalmente estrangular as autarquias locais e estão-nas estrangulando financeiramente e por aqueles que estão impedindo que se cumpra o princípio da subsidiariedade que foi definido pelo Sr. Deputado autor do Voto de Saudação e que esse princípio não se está a cumprir em relação aos Municípios Portugueses.

Nós votamos favoravelmente este Voto de Saudação votando com ele este nosso repúdio por aquilo que se está a fazer contra o Poder Local democrático deste País.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Anualmente vamos-nos habituando a este simpático momento de reflexão ...

Deputado Jorge Cabral (PSD): E literatura Cesariana!

O Orador: ...e de solidariedade para com o Poder Local.

No âmbito desta reflexão lamentamos que nós, órgão de poder regional, talvez estejamos bem mais conscientes desta data do que os próprios que encarnam e representam o Poder Local.

Efectivamente, apesar da nossa insistência, - permitam-me - não se constata da parte do Poder Local uma tomada de consciência firme e notória sobre o seu dia.

É como quem todos os anos faz o bolo e faz a festa e os convidados não aparecem.

Acho que isto nos deve frustrar a todos.

Votamos todos os anos e o Poder Local todos os anos, aparentemente, ignora o dia que com muita nobreza lhe foi instituído.

Julgo que neste momento não devíamos deixar de fazer esta reflexão.

Depois, se calhar, no dia 26 do corrente, que eu me lembre, o que foi notícia foi a anunciada reunião do Poder Local para o próximo dia 5 de Dezembro, em que vão dar conta da sua frustração, nomeadamente quanto às expectativas em relação ao PEDRA II e quanto ao cabo e ao resto, ao encerramento do grosso das promessas eleitorais que ainda há um ano foram espalhadas por essa Região fora.

O Poder Local no dia 26 de Novembro estava mais interessado em "salvar a pele" do que festejar o dia que com muita dignidade lhe foi proposto.

Depois o Poder Local nesta Região, tal como o Poder Regional, parece que avança por caminhos que o futuro possivelmente os considerará como insustentáveis, isto porque também cada vez mais este Poder Local vai absorvendo aquilo que são as receitas locais no seu próprio funcionamento e na sustentação da sua cada vez maior máquina política dirigente, e também porque ao longo destes anos nem o País nem a Região tiveram a coragem de reflectir sobre mesmo.

Nós temos, grossomodo, Poder Local do passado com os vícios do presente.

Nalguns casos a diferença foi remunerar "chorudamente" o Presidente da Câmara, remunerar vereadores a tempo inteiro que substituem máquinas que não existem ou que são incompetentes e o resultado prático é que as poucas verbas que lhe são atribuídas ficam-se pela sua estruturação.

Criaram-se algumas freguesias novas, mas não houve coragem de redimensionar os concelhos, de lhes dar condições para o exercício de um poder que muito bem está aqui delineado minimamente eficiente, mas que na prática os elementos que possuímos é que as coisas não funcionam da forma como todos nós desejaríamos.

Por conseguinte, nós vamos dar o nosso favorável porque estamos - como já foi aqui dito e o próprio voto o deixa claro - a dar continuidade a uma decisão desta Casa e a nossa óptica mantém todas as virtudes que estiveram na origem, mas vai ser necessário certamente reflectirmos no futuro sobre o sentido deste dia do Poder Local.

É nesse sentido que vamos votar favoravelmente.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para fazer três observações.

A primeira, salientar o facto da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores não se ter associado às Comemorações deste Dia do Poder Local.

O segundo lugar, registar que a comemoração deste Dia ocorre em circunstâncias de vésperas de realização de uma Assembleia Inter-Municipal, na qual o Poder Local nos Açores terá justas razões para manifestar a sua frustração pela extorsão dos apoios financeiros comunitários que teria ao seu dispor, extorsão essa praticada pelo Governo Regional e pela redução dos mecanismos de cooperação financeira com as

autarquias locais que se perspectivam também e sobre as quais a própria Assembleia de Municípios já tomou pública posição.

Isto significa que para além das extorsões ou pela não aplicação da Lei das Finanças Locais ao longo dos anos que tem provocado as formas de financiamento das Autarquias Locais e que são da responsabilidade do Governo da República, sempre houve e existem mais razões em relação ao Poder Local dos Açores que culpabilizam o Governo Regional nessa relação bem mais até do que o Governo da República.

Finalmente, queria saudar o Partido Social Democrata nesta Casa. Saudar pela evolução da sua posição de voto sobre votos de saudação no Dia do Poder Local, ou seja, passou do voto contra para a abstenção.

(Risos do Deputado Jorge Cabral)

É muito bom para nós todos. Significa que a tendência contra o Poder Local do PSD começa a ter menos expressão, menos qualidade e menos peso no partido do Governo.

E também significa - oxalá que não seja então só isso - que na Região o quadro eleitoral maioritário no Poder Local deixou de ser do Partido Socialista para passar a ser do Partido Social Democrata.

Mas o mais desvantajoso para essa reflexão sobre a distribuição dos poderes políticos em Portugal e aqui na Região Autónoma dos Açores, é que o PSD parece saudar o Poder Local com a mesma indiferença e suspeição com que o PSD a nível nacional saúda o Poder Regional, infelizmente para nós todos.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

Presidente: Passamos então a votar este Voto de Saudação.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Voto de Saudação foi aprovado 19 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP e registou 26 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos à apreciação de um Voto de Saudação que se refere ao "Dia Internacional da Luta contra a Sida".

É apresentado por um grupo de deputados do Partido Socialista e pedia a um dos seus subscritores o favor de o apresentar.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo (ausentes!):

VOTO DE SAUDAÇÃO

"No próximo dia 1 de Dezembro comemora-se uma vez mais o Dia Internacional da Luta contra a Sida. Naturalmente a Assembleia Legislativa Regional dos Açores não poderia deixar passar despercebida essa data.

Embora já decorridos mais de dez anos após a descoberta do agente responsável pela doença esta continua a ser o problema de saúde número um em qualquer país do mundo estimando-se em 12 milhões o número de homens e mulheres infectados pelo HIV.

Neste momento Portugal já ocupa a 9ª posição entre 40 países europeus em termos de taxa de casos de Sida por milhão de habitantes, registando-se já cerca de 2000 óbitos em resultado desta doença.

Este é um problema que, neste momento, não afecta só os grandes centros, está também a tornar-se preocupante na nossa Região onde, segundo os últimos dados vindos a público, já foram notificados 17 casos de seropositividade e 25 casos de Sida, dos quais 18 indivíduos já faleceram.

Sendo um problema de tamanha gravidade, o PS não pode deixar de manifestar o seu desacordo pelo facto, tornado público, através da Comunicação Social, de que o Programa Europeu de Luta contra a Sida, nomeadamente, a Campanha de Verão destinada a ser implementada em todos os países da União Europeia, não tenha sido aplicada na Região.

A justificação para tal facto, dada pelos responsáveis pela Saúde Pública desta Região foi destituída de sentido ao considerar que o programa não foi aplicado nos Açores, por não serem um destino turístico forte dos jovens.

Independentemente da Região ainda não ser um destino de jovens vindos de fora do país, sabemos que em alguns períodos da época estival há uma forte deslocação de jovens entre as diferentes ilhas do arquipélago e que, esses são momentos propícios à aventura de natureza sexual.

A polémica surgida àcerca deste facto não foi esclarecedora, mas foi suficiente para percebermos que as motivações que levaram a tal decisão e, segundo um alto responsável da Comissão Nacional da Luta Contra a Sida, tiveram a ver com erradas interpretações dos objectivos dessa campanha e com uma subjectiva e ideológica interpretação das figuras inscritas no material dos Açores no referido programa.

Para a Assembleia Legislativa Regional dos Açores não pode haver hesitações àcerca deste problema. Porque a prevenção da Sida está intimamente ligada à prevenção da VIDA, as medidas a tomar e as acções a desenvolver neste domínio não podem ser objecto de manipulações políticas, ideológicas e religiosas.

Nesta matéria há entidades que confundem aquilo que se gostaria que fosse a realidade com aquilo que ela é de facto. Não podemos ignorar o facto de a Região ter uma das maiores taxas de gravidez em adolescentes, sendo esse valor superior à média nacional, o que significa uma prática precoce de relações sexuais e conseqüentemente a necessidade de uma eficaz, correcta e completa informação, que leve à mudança de comportamentos, informação essa que deveria ser uma componente de um correcto programa de educação da sexualidade, ainda ausente das nossas escolas.

É através da educação e não apenas pela informação generalista que se pode inculcar nos mais jovens a interiorização de valores, apresentando diferentes opções em relação ao modo como cada um pode fazer a sua própria prevenção, mas nunca omitindo a informação necessária com base na qual cada um possa fazer as suas opções. Deve haver apenas uma única preocupação a qual não pode ser confundida - defender a Saúde e conseqüentemente a VIDA.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo do artigo 89º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, propõe o seguinte **voto de saudação**

"A Assembleia Legislativa Regional dos Açores saúda todos quantos se têm dedicado à investigação dos meios que levem à descoberta da cura da SIDA, da sua vacina e daqueles que na Região, no País e no Mundo consagram a sua vida ao tratamento de doentes que, infelizmente, a tenham contraído".

Presidente: Está aberta a discussão sobre este Voto de Saudação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Álvaro Manito.

Deputado Álvaro Manito (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como médico não posso deixar de dizer algumas palavras justificando a aprovação por parte do Grupo Parlamentar do PSD do Voto de Saudação sobre a comemoração de mais um "Dia Internacional de Luta contra a Sida".

Na nossa Região é também preocupação do Governo e de todos aqueles que directa ou indirectamente estão ligados aos problemas da saúde e da educação, sensibilização da população em geral e os jovens em particular para este tão delicado problema que já atinge quase todas as ilhas.

Para isso, foi criado o Núcleo Regional de Luta contra a Sida que, por sua vez, coordena os núcleos concelhios constituídos por técnicos ligados à saúde e professores.

Cabe aos núcleos concelhios desenvolver acções de informação e educação, os quais se têm dirigido sobretudo aos mais jovens pois são eles os mais susceptíveis à doença.

Temos consciência do problema e queremos dar-lhe a atenção devida.

Ao votarmos este Voto favoravelmente, julgamos dar mais um contributo para alertar os responsáveis e a população sobre o problema que, de facto, é o Síndrome de Imunodeficiência adquirida.

Presidente: O Sr. Deputado Jorge Cabral pretende a palavra com que finalidade?

Deputado Jorge Cabral (PSD): Para pedir um esclarecimento se fosse possível, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado, aguarde um momento que eu tenho que consultar o nosso Regimento.

(Pausa)

Sr. Deputado Jorge Cabral, o nosso Regimento prevê que só pode usar a palavra para intervenções sobre os votos, apenas um deputado de cada grupo ou representação parlamentar e num período máximo de 5 minutos, procedendo-se de seguida à votação.

O nosso Regimento neste artigo não refere qualquer questão relativa a esclarecimentos.

Como não proíbe - não quer dizer que permita - julgo que utilizando a regra do pedido de esclarecimento por 3 minutos e a resposta pelo mesmo tempo, não cometemos nenhuma interpretação abusiva nesta matéria até porque pode ajudar à formação da deliberação e da vontade.

Deputado Carlos César (PS): É a primeira vez que eu ouço isso em 18 anos!

Toda a gente já tentou essa e o Sr. Presidente até agora não tinha caído!

Presidente: Só um momento Sr. Deputado.

Eu vejo que há alguns sinais de alguns Srs. Deputados que eventualmente não estão de acordo com a minha interpretação.

Como não sou dono do Regimento, não quero abusar dos poderes que a Mesa tem.

O Sr. Deputado Paulo Valadão creio que fez um comentário. Eu gostaria que o expusesse.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, eu penso que o nosso Regimento é claro ao dizer que cada grupo parlamentar ou representação parlamentar tem direito a intervir durante 5 minutos, uma só vez e um só deputado.

O PSD já interviu uma vez, penso que cumpriu o que o nosso Regimento manda.

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Menezes também tinha manifestado aí a sua inquietação sobre esta matéria.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A minha interpretação é igual à interpretação que fez o Sr. Deputado Paulo Valadão.

O artigo 91.º, n.º 2, diz que:

"Apresentada à Assembleia o texto da proposta de voto pela Mesa, ou por um dos deputados subscritores, pode usar da palavra para discussão um deputado de cada grupo ou representação parlamentar, pelo período máximo de cinco minutos..."

Eu penso que perante a imperatividade desta norma, não deve haver interpretação extensiva por forma a permitir que se inicie agora uma intervenção de mais deputados.

Obrigado.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Eu posso substituir essa figura regimental pela "interpelação à Mesa".

Presidente: Para que isto fique claro eu estou a tentar lembrar-me de outras ocasiões em que isto tenha aparecido.

Não creio que tenha aparecido alguma vez esta questão nos votos, não me lembro Srs. Deputados e digo com toda a sinceridade.

Se, no entanto, algum Sr. Deputado lembra-se que tenha sido esta a disciplina, tudo bem, tudo correcto. Só que aqui a palavra que é utilizada no nosso Regimento é a palavra para "discussão".

Admito que o esclarecimento contribui para a discussão e como tal também não deve ser utilizado.

Nessa circunstância, e tendo em conta as questões que vêm da nossa prática anterior, não poderei dar a palavra ao Sr. Deputado Jorge Cabral para pedir esclarecimentos.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Muito obrigado Sr. Presidente, mas então neste caso eu permitir-me-ia, se me der licença, a alertar a Mesa da Assembleia Regional dos Açores para uma aparente discrepância na redacção deste Voto de Saudação.

O parágrafo - se me permite eu especificaria - quarto da página dois onde diz " porque a **prevenção** da Sida está intimamente ligada à **prevenção** da Vida...", eu tenho alguma dificuldade...

Deputado Francisco de Sousa (PS): Preservação!

O Orador: Eu aqui tenho prevenção.

Eu pedia ao Sr. relactor que corrigisse isso, para que ficasse devidamente registado para a história.

Obrigado.

Presidente: A Mesa está interpelada no sentido de perguntar ao Sr. Deputado Francisco Sousa se a palavra correva é "**preservação**".

Deputado Francisco de Sousa (PS): Preservação!

Presidente: Trata-se de uma gralha evidente e que ao fim e ao cabo era pacífica.

Deputado Jorge Cabral (PSD): A sua articulação deu outro significado que eu não quero dizer aqui!

Deputado Francisco de Sousa (PS): Pode referir se for necessário!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma intervenção.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós vamos votar favoravelmente este Voto de Saudação por aqueles que procuram com todas as suas energias defender a vida procurando combater a Sida.

Pensamos que isto poderá ser motivo de algumas considerações sobre o modo como estes problemas são encarados nesta Região.

Aliás, o preâmbulo do Voto apresentado pelo Sr. Deputado Francisco Sousa é indicador das preocupações que se deverá ter e que seria bom que fossem tidas, no sentido de combater esta e outras epidemias infecto-contagiosas que infelizmente grassam nesta Região e para as quais seriam necessários meios importantes que não existem, mas isso é matéria para amanhã e nos dias seguintes.

No entanto, o Sr. Deputado que apresentou o Voto, fala em problemas que não devemos ignorar e que existem. Inclusivamente, foi publicado recentemente um estudo sobre isso referente às taxas de gravidez em adolescentes. O que nos leva a pensar em algumas considerações feitas pelo Sr. Deputado do PSD em relação a esta matéria e leva-nos a desejar que estas matérias venham a ter uma discussão nesta Casa de um modo diferente, mais amplo, onde possamos efectivamente saber o que é que se passa nos nossos Centros de Saúde e nos nossos Hospitais em relação a esta matéria.

Gostaria neste debate perguntar ao Sr. Secretário Regional quantas consultas de planeamento familiar estão montadas nos Centros de Saúde desta Região? E nos Hospitais?

Estamos convencidos que a resposta do Sr. Secretário Regional, se quisesse ser honesto, era **zero**, porque elas não existem.

O Sr. Deputado do PSD falou em relação à atenção que é dada aos jovens.

Gostaria de saber em quantas escolas do ensino Preparatório e Secundário desta Região, foram feitas acções no sentido de dar essa informação?

Aí não diremos que a resposta seria zero, porque não o podemos em consciência afirmar. Mas podemos dizer que em muitas das nossas ilhas é **zero** e isso podemos afirmar categoricamente.

Esta é uma matéria que merece a nossa consideração e merece que pensemos sobre ela, porque no fundo não é só o facto do Governo Regional, pura e simplesmente, não ter querido - ou responsáveis pelo Governo Regional não terem querido - que o cartaz com o preservativo fosse afixado nas ilhas da nossa Região!

A realidade não é essa e para nós isso até não é o mais importante!

O mais importante é este Governo Regional não fazer nada na defesa da informação, na defesa da vida dos jovens desta Região no que diz respeito a esta e a outras doenças infecto-contagiosas!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Só mais algumas achegas aos considerandos que motivaram o nosso voto.

Um deles é, necessariamente e inevitavelmente, o facto que devemos, obrigatoriamente, nesta Casa combater alguns preconceitos ou falsos pudores - se quiserem - de que a nossa sociedade ainda enferma.

Isto porque devemos considerar como fundamental o direito da defesa da vida e é disso que estamos a tratar.

Esse deve ser o nosso objectivo número um do presente Voto, mas que ele não seja um voto piedoso, um voto pio. Seja, sim, de facto, um voto que leve a que o Governo - ausente da Sala, mas pelo menos através do seu grupo parlamentar - seja devidamente chamado à atenção para uma área que aqui focamos, que é a área da educação nas escolas.

Felizmente, a maioria dos jovens nesta Região já frequentam a escola e, infelizmente, só 10% a abandonam. Mas não é feita a educação que está prevista na reforma do sistema educativo à qual eu diria que o PSD tanto tempo tem dedicado, sobretudo na Comunicação Social, mas que infelizmente na prática não dá tanto quanto devia dar.

Educação na disciplina que foi criada de "Educação Cívica", e educação sexual para que possamos, de facto, ter uma geração que tenha a atenção e o cuidado pela vida que infelizmente nem toda agente tem.

Permita-se-me também fazer referência a uma notícia publicada num dos órgãos da Comunicação Social dos Açores de hoje, onde o Director do Banco Mundial deu a conhecer uma parte do seu discurso que vai fazer no dia 1 de Dezembro, em Estocolmo, e onde aponta para os países de todo o mundo três propostas sobre esta matéria. Diz o seguinte:

"Torná-la uma prioridade política dos Governos.

Fortalecer a cooperação entre as instituições que combatem a doença e convidar as pessoas infectadas a participarem na elaboração de programas de luta contra a epidemia."

Alerta ainda para o seguinte:

"O custo para as famílias de um doente com Sida é devastador e o tratamento e a morte de um adulto pode levar à miséria de lares já de si vulneráveis."

Em sua opinião, a doença é uma enorme ameaça para as nações que lutam para escapar de anos de crescimento negativo.

O custo da Sida para os países em desenvolvimento é potencialmente catastrófico.

O banco mundial estima que existem actualmente, mais de 17 milhões de pessoas infectadas pelo vírus HIV.

Em cada dia outras 6 mil pessoas são contaminadas.

É essa a nossa preocupação e o alerta que deve ser dado ao Governo Regional, para que tome as medidas necessárias para o combate desta doença tão grave.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Essa das medidas do Governo, eu gostava de saber quais são, mas enfim!...

O Orador: Valores, valores!

Deputado Jorge Cabral (PSD): Às vezes é uma questão de comportamentos!

O Orador: E de valores!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A Representação Parlamentar do CDS/PP vai votar favoravelmente este Voto de Saudação.

No entanto, queríamos observar, além de muitas coisas que já foram aqui ditas, algo que se refere aos números aqui apresentados no Voto do Partido Socialista, relativamente aos casos ocorridos nos Açores.

O que nós queremos referir é que parece-nos, infelizmente tal como noutros domínios estatísticos, que a situação real dos Açores não nos parece que até agora tenha sido apresentada de forma estatisticamente fidedigna.

Aliás, o Sr. Secretário Regional numa recente oportunidade que tivemos de conversar aqui na Assembleia, referiu a dificuldade de tratar todos esses números e dar, inclusivamente, alguns indicadores que também são internacionais e que geralmente se aplicam aos casos registados nas unidades de saúde.

Mesmo assim, julgo que alguns de nós sabemos que as unidades de saúde, dada a pequenez do nosso meio, também tratam essas matérias com alguma prudência e até há casos de situações que saem directamente dos consultórios privados para unidade a nível nacional. Portanto, nem passam directamente pelos centros regionais.

Isto só para referir que os números em si e tal como aqui vêm, - que me perdoem os autores da proposta - julgo que vêm de uma forma taxativa e vêm como se não fossem objecto da necessidade de alguma correcção.

O que me parece é que os números são diferentes. Serão, eventualmente ou substancialmente, diferentes e sobretudo seria importante para nós todos conhecer esses números - é bem possível que o sector da saúde o saiba e que nós não saibamos que esses números venham desagregados - já que tanto se fala agora em desagregação, para os englobarmos nos respectivos grupos de risco.

Associada a isso está a questão do combate à droga que julgo também, nesta matéria, os Açores não têm uma política claramente definida e por conseguinte é uma temática, como aqui foi dito pelo Deputado do PSD, complexa.

Teoricamente, a administração regional tem esquemas aparentemente aptos a combater esse fenómeno, só que na prática parece-me que é mais um domínio onde as coisas não têm funcionado.

Relativamente a uma questão que o Sr. Deputado Paulo Valadão deixou aqui no ar, ou seja, se já houve nesta Região alguma consulta de planeamento familiar e à qual o Governo devia responder, quero-lhe dizer que eu tenho conhecimento de uma. Uma ilustre concidadã nossa, recorreu a esses serviços e quando o médico, prudentemente, depois de ver o caso, recomendou que ela em determinadas circunstâncias e nomeadamente quando o parceiro fechasse os olhos, tomasse determinadas atitudes, a resposta da senhora foi que quando o parceiro fechasse os olhos ela já estava cega.

(Risos da Câmara)

É muito difícil tomar medidas e fazer aconselhamento em matéria de planeamento familiar ...

Deputado Paulo Valadão (PCP): Tem que existir!

O Orador: ... numa região em que a situação rural muitas vezes impede de compreender as pretensões do médico.

Muito obrigado.

Presidente: Passamos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com este Voto de Saudação, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Voto de Saudação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O Sr. Deputado Álvaro Manito pediu a palavra com que finalidade?

Deputado Álvaro Manito (PSD): Para uma declaração de voto, Sr. Presidente.

Presidente. Tem a palavra para o efeito.

Deputado Álvaro Manito (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do PSD votou favoravelmente este de Voto de Congratulação pela passagem de mais um "Dia Mundial de Luta contra a Sida" e o que eu queria acrescentar é que não se pode confundir "prevenção da sida" com "prevenção de gravidez", embora ambas possam estar associadas.

Também gostaria de dizer que nos Núcleos Regionais de luta contra a Sida, existem médicos, enfermeiros, técnicos do serviço social e professores.

Aos professores, com a ajuda de outros técnicos, cabe dinamizar nas escolas todas as acções no sentido de informar os jovens sobre estas questões.

Também queria referir, no que diz respeito a consultas de planeamento familiar, que elas existem nos centros de saúde, mas infelizmente não podemos obrigar, sobretudo as adolescentes, a frequentá-las e estas fazem normalmente estas consultas evocando, por exemplo uma consulta de urgência.

De facto, as consultas de planeamento familiar podem ser ocupadas por mulheres sexualmente activas, adultas, casadas. As adolescentes não frequentam essas consultas, porque infelizmente existe um tabu, as adolescentes tentam esconder os seus problemas.

Existem consultas de planeamento familiar nos centros de saúde e nos hospitais, mas não podemos obrigar as adolescentes a frequentá-las.

Deputada Lisete Silveira (PS): Os homens também. Não são só as mulheres!

Deputado Álvaro Manito (PSD): Com certeza, os homens também!

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Uma curta declaração de voto onde em primeiro lugar queria informar que os números que citámos são os números que constam no relatório da Comissão Regional contra a Sida e portanto não foram inventados por nós e são os que são dados como "oficiais".

Também queria congratular-me, porque sei que existem muitos colegas professores que fazem dinamização neste campo, mas infelizmente também devo uma vez mais acrescentar que a Secretaria Regional nem sempre compreende essas atitudes e até há bem pouco tempo foi visível para toda a Região que quando um grupo alargado de professores pretendia participar nas Primeiras Jornadas Regionais de Pediatria, quase foram impedidos de o fazer. Se não fosse, de facto, a sua forte convicção de que valia a pena aprender, nem que fosse precisopassar por cima do poder, não tinham ido.

Devo dizer que estou à vontade, porque estou numa câmara onde tem um vereador que pertence a essa Comissão e a esse grupo de trabalho.

Sabemos o quanto a câmara já pôs à disposição dos professores do meu concelho para esta área de formação e devo dizer e informar esta Casa que tal como penso de todas as Câmaras desta Região, deve ter sido algo entre os zero escudos e os zero centavos.

Presidente: Passamos à apreciação de um Voto de Saudação relativo ao "Dia Internacional da Pessoa com Deficiência".

É apresentado por grupo de deputados do Partido Socialista e pedia a um dos Srs. Deputados subscritores o favor de o apresentar.

Deputada Lisete Silveira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

"VOTO DE SAUDAÇÃO

"Comemora-se, no próximo dia 3 de Dezembro, o "Dia Internacional da Pessoa com Deficiência".

Mais do que uma simples saudação, o voto que propomos para aprovação por esta Câmara pretende rememorar os deveres que incumbem ao Estado, conforme os preceitos consagrados na Constituição da República Portuguesa, nomeadamente no respeitante ao seu Art.º 71.º, onde se afirma que "O Estado obriga-se a realizar uma política nacional de prevenção e tratamento, reabilitação e integração dos deficientes ... e a assumir o encargo da efectiva realização dos seus direitos".

Nestes tempos de competitividade extrema que relega, com frequência, os mais fracos e indefesos para guetos de solidão e de miséria, as leis que procuram proteger os seus direitos ou não se cumprem ou são-no só parcelarmente.

Meios de prevenção, detecção precoce das deficiências, ensino e reabilitação, facilidade em transportes, abolição de barreiras arquitectónicas, integração no mundo do trabalho são, entre outras, acções que urge desenvolver para a completa dignificação dos deficientes.

Várias vezes neste Parlamento foram discutidas questões que se prendem com a criação de apoios específicos aos deficientes, com particular incidência no ensino especial. No entanto, continuam a verificar-se carências graves neste sector, pela ausência das condições necessárias, tanto a nível de instalações adequadas, como pela diminuta percentagem de pessoal especializado para apoio e acompanhamento da

criança e do jovem deficiente. Sobre este aspecto, e embora não se pretenda, nesta oportunidade, levantar diatribes contra a acção governativa regional, devemos ter presente que alguns docentes com especializações diversas, adquiridas a expensas da Região, no âmbito das deficiências, foram forçados a procurar noutras paragens a realização profissional que por cá não encontraram, devido à ausência de condições mínimas para um trabalho continuado e gratificante.

Com o empenho de todos, aguardamos que surjam dias melhores para os nossos deficientes.

Saudemos, pois, todos os que por diferenciadas incapacidades merecem a nossa solidariedade.

Saudemos, também, todos aqueles que, de uma ou outra forma, contribuem para a difícil e nobre tarefa da reabilitação e acompanhamento da Pessoa com Deficiência".

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O problema que estamos a tratar tem analogias efectivas com aquele que ainda há pouco tratámos, ou seja, há determinados deveres que incumbem ao Estado, há determinados deveres que passam pela informação por um lado, e pelos cuidados que há a ter em relação a estes problemas, os problemas da saúde, da deficiência por outro, e que o Estado organizado como Região Autónoma não tem sido capaz de dar as respostas adequadas.

Isso está perfeitamente contido no preâmbulo deste Voto e todos nós temos que recordar discussões que foram feitas no passado em relação ao apoio às crianças e aos jovens com deficiências, ao modo como esses serviços estavam organizados, às atropelias que foram feitas aqui.

Ao ver a Sra. Deputada, lembro-me de uma discussão que aqui tivemos - penso que na legislatura passada - onde esses problemas foram postos e onde eu próprio e a Sra. Deputada alertámos o Governo para os problemas gravíssimos, inclusivamente a saída de professores especializados nessa matéria, e todos nós sabemos que aquilo que foi aqui afirmado por parte da oposição concretizou-se.

Ainda há uma semana passei por um casal de professores especializados que, pura e simplesmente, estão em Lisboa a trabalhar na sua profissão que estão especializados e

que estavam há 3 anos nesta ilha a trabalhar com crianças que necessitam do apoio desses professores.

Por outro lado, esses professores que saem não têm sido substituídos pelas equipas do ensino especial.

São problemas que temos em relação aos jovens, mas que também temos em relação a pessoas que durante a vida adulta têm deficiências e cujo acompanhamento é muito deficitário.

Por isso, pensamos que é oportuno esta saudação àqueles que nesta Região, infelizmente para eles e para a Comunidade, têm que viver com as suas deficiências e com um acompanhamento por parte dos serviços públicos que têm muito de criticável, em nosso entender.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Gomes.

Deputada Ana Gomes (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A mensagem que deve ficar não é a da importância de um dia, mas a de solidariedade e de empenho que merecem todos os dias na vida da pessoa com deficiência.

É preciso recusarmos a marginalização do deficiente.

É preciso defendermos cada vez mais os seus direitos e a sua integração.

Este Parlamento tem provado que os deficientes não estão esquecidos ao discutir os problemas e as carências destes.

O Governo tem procurado facilitar-lhes a reabilitação e proporcionar-lhes uma vida mais justa e mais feliz.

É um caminho difícil que precisa do esforço de todos para não parecer longo.

O Grupo Parlamentar do PSD vai votar favoravelmente esta iniciativa, certo de que a todos cabe a responsabilidade de ultrapassar as dificuldades de alguns, que a todos cabe respeitar as diferenças de outros, que a todos cabe provar que o deficiente tem o direito de viver com justiça e participar com vontade.

Presidente: Não havendo mais intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com Voto de Saudação, façam o favor de permanecer como estão.

Secretário: O Voto de Saudação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos de seguida à apreciação de um Voto de Protesto subscrito por um conjunto de deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Pedia o favor de um dos seus subscritores proceder à sua apresentação.

Deputado Silva Melo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

"VOTO DE PROTESTO

O orçamento geral do Estado para o ano de 1994 previa no seu Art.º 57.º e cito "O Ministério das Finanças assegurará as transferências necessárias para as rúbricas próprias do orçamento do Ministério da Educação, de forma a assegurar que, por seu intermédio, sejam garantidas à Universidade dos Açores as verbas estritamente necessárias ao custeamento das suas despesas no ano económico de 1994", fim de citação.

Acontece que essas verbas necessárias ao custeamento das despesas da Universidade dos Açores nunca chegaram àquela Instituição.

O Ministério da Educação justifica-se argumentando que o Ministério das Finanças nunca efectuou a transferência necessária para aquele efeito.

O Ministério das Finanças por sua vez alega que não fez a transferência para o Ministério da Educação porque a Assembleia da República não esclareceu donde ia sair a verba em causa.

O assunto já foi discutido na Comissão de Economia, Finanças e Plano da Assembleia da República, que foi de parecer e cito: "... que o Governo como entidade executora do Orçamento não poderá deixar de cumprir, no âmbito dos seus poderes de execução orçamental ou de acordo com os instrumentos acima referidos, a "previsão imperativa" a que está vinculado, sob pena de cometer ilegalidade", fim de citação.

Mas apesar deste parecer inequívoco, tudo ficou na mesma.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Legislativa Regional dos Açores não pode entender como uma norma aprovada pela Assembleia da República pode ser tão impunemente violada pelo Governo da República.

Esta violação está a custar aos Açores e à sua Universidade, só no ano de 1994, uma verba que ultrapassa os dois milhões de contos.

Assim o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe, nos termos estatutários e regimentais o seguinte VOTO DE PROTESTO:

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores, reunida no dia 29 de Novembro de 1994, manifesta o seu público protesto pelo não cumprimento por parte do Governo da República das responsabilidades financeiras para com a Universidade dos Açores determinadas pela Assembleia da República, com consequências altamente negativas e prejudiciais para o funcionamento daquela importante Instituição Universitária".

Presidente: Está aberta a discussão sobre este Voto de Protesto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós vamos votar favoravelmente este Voto de Protesto.

A postura que possa vir a haver nesta Assembleia, é semelhante àquilo que referimos anteriormente quando tratámos do Centro de Controlo de Santa Maria, na medida em que a única coisa que esta Assembleia poderá fazer é, por um lado alertar para uma situação anómala e por outro, pressionar no sentido desta situação ser resolvida.

Se tivermos em atenção o relatório da Comissão da Assembleia da República de Economia, Finanças e Plano, esta é clara na exigência que faz em relação ao Governo da República de cumprir a lei do orçamento de Estado.

Aliás, nesse próprio relatório, são mencionados todos os pareceres em relação à matéria em apreço e por aquilo que é expandido nesse relatório, não há qualquer dúvida na obrigatoriedade que tem o Governo da República de cumprir aquilo que foi consignado no orçamento de Estado para o ano de 94 e cuja dotação, de acordo com esse relatório, terá de ser proveniente da dotação provisional que o Governo tinha à sua disposição. Mesmo que não tivesse, o próprio relatório aponta para um mecanismo de transferência que deveria ter sido utilizado e deve ser utilizado nesse sentido.

Neste momento, estamos a protestar pelo facto do Governo neste País não cumprir a lei.

É lamentável e isto poder-se-ia dizer que tem aspectos caricaturais, terceiro-mundistas, mas é a realidade daquilo que se passa neste País.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Este é de facto um Voto de Protesto contra uma ilegalidade do Governo da República, porque de uma verdadeira ilegalidade em termos formais se trata.

A Assembleia da República aprovou através da Lei do Orçamento, no artigo 57.º, as transferências necessárias para a Universidade dos Açores como este ano novamente volta a aprovar as transferências para a Universidade dos Açores e também para a Universidade da Madeira.

No corrente ano, segundo parece, não há impedimentos a que o Governo da República proceda a essas transferências.

Não compreendemos como é que com num articulado praticamente idêntico para 1994, o Governo da República se demita de cumprir a lei.

Não consideramos que é inútil protestarmos, porque quanto mais não seja, o protestar nesta Câmara e o fazer aprovar o relatório na Comissão de Economia, Finanças e Plano da Assembleia da República, põe a claro perante a opinião pública, perante os cidadãos, que este Governo não cumpre as leis que faz aprovar.

Este Voto de Protesto pretende também congregiar à volta de uma instituição na qual todos nós pusemos as forças sociais e políticas açorianas, um veemente protesto quanto a mais esta incompreensão do Governo do Professor Cavaco Silva.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Uma curta intervenção para subscrevermos este Voto, considerá-lo politicamente muito oportuno.

De resto, como já foi aqui salientado e relacionado com o que ainda há pouco aqui referimos quanto à resolução da Assembleia da República sobre o NAV II, é preocupante a postura do Governo da República nesse domínio, porque senão tem sensibilidade para cumprir com a lei como é que há-de ter para cumprir com resoluções?

Por outro lado, julgo que é fundamental a posição do Parlamento dos Açores, de certa forma secundando e apoiando o Governo Regional dos Açores, porque é uma matéria em que a administração regional ficou numa posição muito difícil.

Nalguns aspectos julgo que não fez a leitura que este Voto faz e de forma correcta, ou seja, trata-se do cumprimento da lei.

Lembro-me de ouvir o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura referir que se estranhava a não satisfação de um "acordo de cavalheiros".

Portanto, parece-me que há aqui uma confusão entre relações de cavalheiros e cumprimento da lei.

Seja como for, eu pelo menos entendi a posição do Sr. Secretário Regional como a de alguém que teria a garantia de que a lei iria ser cumprida, o que não se verificou e como tal classificou como quebra de "acordo de cavalheiros" a atitude por parte daqueles que têm obrigação de cumprir com a lei.

Mais que não fosse, mesmo com ou sem cavalheiros, acho que o Sr. Secretário da Educação e Cultura também merecia, obviamente, o apoio deste Parlamento e o Governo Regional no seu conjunto.

Por conseguinte, é nesse amplo entendimento que o CDS/Partido Popular vai dar o seu voto de apoio a este justificado e oportuno protesto.

Sr. Presidente, presumo que este Voto de Protesto é publicado em Diário da República, porque senão o for eu recomendaria que ele fosse enviado ao Gabinete do responsável pelo Governo da República.

Presidente: Continua a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Algumas breves, mas determinadas considerações, sobre este Voto de Protesto.

Vivemos, e nesta altura vale a pena lembrá-lo, num Estado de Direito que a todos obriga.

Estamos perante um caso de não cumprimento de uma lei por parte do Governo da República.

Sem qualquer incómodo por parte do Partido Social Democrata, e não aceitando a equiparação deste Voto por outras situações que já aqui hoje foram discutidas, devemos dizer que é também uma falta de respeito perante a própria Assembleia da República que através da Comissão de Economia, Finanças e Plano dá o seu parecer sobre o cumprimento deste artigo, duma lei que é a lei do Orçamento do Estado.

Nós não estamos perante um caso qualquer. Envolve uma instituição universitária que para nós é muito grata, envolve um número de verbas avultado, não estamos perante um mero exercício político da oposição. Estamos perante um caso grave e importante. Não estamos a discutir projectos políticos, não estamos a fazer um juízo global sobre a acção do Governo do Primeiro Ministro Cavaco Silva - e toda agente sabe a nossa opinião sobre essa matéria - mas o Voto que aqui está, e nós votamos o voto em si, e os seus próprios considerandos, são todos eles vocacionados e dirigidos para este tema em concreto, não é um voto que nos pareça que tenha segundas intenções.

Neste sentido, pela correcção de forma como ele está redigido, concentrando-se apenas num protesto sobre um artigo de uma lei que não foi cumprido por parte do Governo da República e tendo naturalmente o Partido Social Democrata representação na própria Comissão de Economia, Finanças e Plano da Assembleia da República, o PSD associa-se sem autorizar naturalmente qualquer outra leitura política que não este protesto em específico, a este Voto sem qualquer incómodo.

Com isso demonstramos que ao contrário do que por vezes se diz, quando é necessário, quando é preciso e quando se justifica, pomos os interesses dos Açores sempre acima dos interesses partidários.

Neste caso, uma vez que se trata exactamente como está aqui escrito e foi aqui debatido de um caso em nosso ver indiscutível, a nossa posição é muito clara e sem qualquer problema que não se façam segundas intenções deste voto, mas que se registre o protesto do Partido Social Democrata quanto a um artigo que não foi cumprido, que não é de menos importância, que versa sobre uma instituição importante e que envolve receitas financeiras avultáveis.

O nosso protesto sobre esta questão fica muito bem esclarecido.

Consideramos naturalmente que não há qualquer preocupação - respondendo ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro - sobre esta matéria, porque muito para além de um "acordo de cavalheiros", os Deputados do Partido Social Democrata, na Assembleia da República, já se tinham pronunciado sobre esta matéria dizendo coisas muito parecidas com aquilo que os Srs. acabaram de dizer, dizendo que se trata de um problema de cumprimento da lei e não tão apenas um problema de "acordo de cavalheiro".

Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Não havendo mais intervenções vamos votar.

Eu gostaria de informar à Assembleia que vou utilizar o meu direito de voto neste caso concreto e vou votar favoravelmente.

Os Srs. Deputados que concordam com este Voto de Protesto, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Voto de Protesto foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo... (como de costume não estão):

Eu queria em primeiro lugar, em nome da bancada do Partido Socialista, congratular-me pela forma como o Partido Social Democrata reagiu a esta nossa iniciativa.

E pelas palavras do Presidente da bancada do PSD ao afirmar que por vezes há interesses regionais que estão sobre os interesses partidários.

Esta afirmação é importante e eu espero que isto se possa repetir nesta Casa cada vez com mais frequência.

Não deixa, contudo, de ser estranho e apesar da unanimidade deste Voto, que tenha sido necessário que o Partido Socialista tivesse vindo aqui colocar este problema nos seus exactos termos, ou seja, nos termos de uma flagrante ilegalidade.

Do ponto de vista do PS, nós pensamos que para além deste Voto, é possível ir mais longe. Ou seja, tratando-se de uma ilegalidade, é possível recorrer aos meios adequados, isto é, se até Dezembro - prazo relativamente curto - não for dada qualquer satisfação em relação ao cumprimento desta norma e se não houver qualquer compensação em termos de Orçamento Geral do Estado, o Partido Socialista compromete-se nesta Casa a recorrer aos meios judiciais adequados, designadamente, junto da Procuradoria da República e junto do Tribunal Constitucional.

Deputado Rui Melo (PSD): Eles ainda vão prender o Cavaco!

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu expliquei muito bem o sentido do voto do Partido Social Democrata e desde já manifesto, como é evidente, que a minha afirmação segundo a qual por vezes os interesses da Região se sobrepõem aos interesses do Partido Social Democrata, mantem-se sempre viva e terá sempre a nossa justificação na linha daquilo que eu anunciei.

Eu, de resto, diria mais: acho que os interesses dos Açores estão sempre acima dos interesses partidários.

Por vezes temos é considerações do que são os interesses dos Açores diferentes, para que fique bem claro.

Por último, quero dizer ao Sr. Deputado que não sei porque é que estranha que o PS tenha vindo aqui colocado esta questão nos seus exactos termos, porque isso corresponde a uma visão que o Sr. Deputado tem do seu próprio partido que não é valorizá-lo como partido da oposição.

Não sei porque é que o Presidente do Grupo Parlamentar do PS há-de estranhar que o PS faça alguma coisa bem feita.

Se o PS colocou este Voto de Protesto nos exactos termos em que devia colocá-lo, o Sr. Deputado não devia achar nada disso estranho.

Eu é que registo a minha estranheza perante este comentário, porque acho que o PS apresenta o que bem entende e, sobretudo o que apresenta, naturalmente é porque acha que tem algum sentido...

(Aparte inaudível do Deputado Carlos César)

O Orador: É um problema que o senhor resolve com o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar, porque o que foi dito foi que é um problema interno.

Eu é que registo a minha estranheza perante a "estranheza" que foi aqui formulada.

Era só para acrescentar este ponto.

Muito obrigado.

Deputado Carlos César (PS): Tem um Secretário que é um **cavalheiro**, não é um Membro do Governo!

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A Representação Parlamentar do CDS/Partido Popular, congratula-se com a aprovação unânime por esta Casa deste Voto de Protesto.

Quando referi o exemplo dos argumentos utilizados pelo Sr. Secretário da Educação e Cultura, fi-lo só citando. Não foi minha iniciativa qualquer referência a "acordos de cavalheiros".

Esta votação obtida e os fundamentos para ela apresentados pelo líder da bancada do PSD, também nos deixam duplamente satisfeitos dado que, eventualmente, quando se colocarem questões de âmbito regional com essa mesma acuidade e em que comprovadamente por parte da administração regional possa não haver cumprimento da lei, como aconteceu num caso não muito distante relativo às compensações financeiras às Câmaras Municipais, que prevaleça sempre o primado da lei, relativamente aos condicionalismos partidários.

Sobre este ponto de vista estamos duplamente satisfeitos com o resultado desta votação.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós pensamos que em relação a todos os partidos, quando se põe o interesse da Região acima de tudo, está o interesse da Região e não os interesses partidários.

Penso que esta deveria ser a norma geral e isso aliás foi aqui realçado em relação a esta matéria e poder-se-ia evocar em relação a outras.

De qualquer modo, pensamos que com esta aprovação, pela qual nós também nos congratulamos, devemos todos fazer esforços no sentido de que o Governo da República se sinta na obrigação de até 31 de Dezembro, cumprir aquilo que lhe compete cumprir.

Nós pensamos que a nível de Assembleia Regional, isto poderá contribuir para que o problema possa ser resolvido, o que seria útil para a nossa Região.

Presidente: Passamos agora à apreciação de um Voto de Pesar apresentado pela Representação Parlamentar do CDS, pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Este Voto, na sua essência, é igual a um Voto de Pesar também apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Embora eles sejam semelhantes, vamos seguir a apreciação de cada um, porque não há outro modo, a menos que os Srs. Deputados queiram discuti-los em conjunto e votar separadamente.

(Pausa)

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro apresentaria o seu Voto, um dos subscritores do Voto de Pesar apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata apresentaria o seu, discuti-los-íamos em conjunto, porque a matéria é idêntica e depois então passaríamos a uma votação diferenciada de cada um deles.

Nestas circunstâncias dou a palavra ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

"VOTO DE PESAR

No passado dia 1 de Novembro faleceu, em Angra do Heroísmo, o Dr. Viriato Machado Costa Garrett, um dos mais distintos médicos da história dos Açores.

Com especialidade em Cirurgia-Ortopédica, onde detinha pós-graduação, o Dr. Viriato Garrett possuía um currículo internacional ímpar que incluía formação específica no tratamento de feridos de Guerra.

Como médico, permanentemente actualizado frequentou inúmeros cursos e encontros a nível mundial, tendo sido membro titular de várias academias e sociedades científicas internacionais.

Ao serviço da Força Aérea Portuguesa, o Ten. Cor. Médico Viriato Garrett, prestou também relevantes serviços que lhe proporcionaram inúmeras condecorações, nomeadamente como Director do Hospital Militar da Terra-Chã, na Ilha Terceira,

onde foram tratados mutilados da guerra provenientes de todo o país e até do estrangeiro.

O Dr. Viriato Garrett dedicou toda a sua vida e longa carreira médica ao serviço da saúde nos Açores tendo prestigiado sobremaneira o Hospital de Angra do Heroísmo, onde chefiou o sector de Ortopedia e atendeu e tratou doentes de toda a Região e até do exterior.

Figura respeitada e admirada por colegas e colaboradores, o Dr. Viriato Garrett grangeou justamente uma popularidade invulgar junto daqueles, e foram muitos, que beneficiaram da sua extraordinária competência e dedicação.

Ao longo da sua brilhante carreira médica foi homenageado e condecorado por várias entidades e organismos oficiais de âmbito Nacional, Regional e Local tendo recentemente sido agraciado com a Ordem de Grande Oficial de Mérito atribuída pelo Presidente da República.

Assim, ao abrigo das disposições Estatutárias e Regimentais aplicáveis, a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento do Dr. Viriato Machado Costa Garrett, médico de prestígio nacional e internacional que relevantes serviços prestou à Região e cujo desaparecimento constitui perda irreparável para os Açores".

Presidente: Pedia a um dos subscritores do Voto de Pesar apresentado pelo Partido Social Democrata, o favor de proceder à sua apresentação.

Deputada Fátima Oliveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

"VOTO DE PESAR

A 1 de Novembro de 1994, a inexorável lei da vida, que é a morte, privou-nos para sempre da presença física e do extraordinário espírito de cientista que foi o Dr. Garrett como, familiarmente, era conhecido.

Viriato Machado da Costa Garrett nasceu a 4 de Maio de 1913, em Cinfões, mas considerava-se açoriano de coração, de tal forma que, sentindo o seu fim próximo quis regressar aos Açores, para morrer na "sua terra" como sempre fazia questão de chamar-lhe.

Viriato Machado da Costa Garrett aos 25 anos terminou os cursos de Medicina e Cirurgia; Medicina Sanitária; Fisiologia Social e Medicina Legal; tendo sido interno nos hospitais civis de Lisboa, e declarado pela Ordem dos Médicos como médico especialista em Cirurgia Geral, Ortopedia e Traumatologia.

O Dr. Viriato Machado da Costa Garrett veio para os Açores, onde ficaria até à sua morte, no decurso da 2.^a Guerra Mundial para completar as Equipas Cirúrgicas de Apoio às Forças Expedicionárias que se deslocaram para o Arquipélago.

Inicia, assim, a sua actividade de Cirurgião Militar, no HOSPITAL MILITAR DA ILHA TERCEIRA. Posteriormente, exerceria essas funções no Hospital Inglês na Base Aérea das Lajes.

Aqui deu assistência, em todo o Arquipélago, às Forças Militares, Militarizadas, Civis ao serviço das Forças Armadas e respectivos familiares.

Dedica-se, especialmente, à Cirurgia Reparadora da guerra, aplicando todo o saber, já então adquirido nos Hospitais de Inglaterra e Estados Unidos, ao serviço dos Feridos do ULTRAMAR.

A sua ânsia de saber, de serviço e de perfeição na profissão que abraçara leva-o a solicitar e a ser autorizado a fazer o POST GRADUATE MEDICAL SCHOOL no Royal National Orthopedic Hospital of London, o que lhe deu acesso, por concurso, à qualificação de "FELLOW BRITISH ORTHOPEDIC ASSOCIATION" no ROYAL COLLEGE OF SURGEONS bem como a qualificação de "FELLOW ROYAL SOCIETY OF MEDICINA de Londres e MEMBRO da "BRITISH ASSOCIATION OF PLASTIC SURGEONS.

Mais tarde seria indicado para frequentar o WILFORD HALL HOSPITAL - ACKLAND AIR FORCE HOSPITAL do Texas, onde desenvolveu a técnica do enxerto. Tendo concorrido ao COLÉGIO INTERNACIONAL de CIRURGIÕES de CHICAGO, foi admitido com a máxima qualificação, a de "FELLOW INTERNATIONAL COLLEGE OF SURGEONS, com a inerente designação de titular internacional de F.I.C.S.

Participa nos trabalhos de Bio-mecânica e Bio-engenharia de vários centros em Inglaterra, Bélgica, Suíça, Espanha e profere conferências no Curso da Associação Internacional de Osteosíntese.

Mas, o Dr. Viriato Garrett, respeitado a nível internacional, tinha os Açores no Coração e nem a aliciante carreira sob as luzes da grande ribalta, o levaram a abandonar a "sua terra".

Permanece na Terceira, contribui decisivamente para o desenvolvimento da Medicina Social hoje designada por Medicina Preventiva; com outras figuras destacadas da área médica. Funda "A casa dos Pescadores de Angra" e o "Serviço de Saúde da PSP".

Actua, decisivamente, nas epidemias de Febre Tifóide, Poliomielite, Sarampo e Meningite Cerebro-Espinhal. Os surtos endémicos de peste bubónica leva-o a desenvolver o critério intervencionista do "ventre agudo" alargado pelo professor Mondor. Incrementa a vacinação e aplica a Cloromicetina.

Melhora as condições do Bloco Operatório com o apoio da antiga Junta Geral, sendo nomeado representante da "Comissão de Higiene para o Conselho Municipal de Angra".

Concorre ao lugar de especialista de cirurgia geral dos Quadros do Hospital de Angra do Heroísmo onde é admitido em 14 de Setembro de 1960.

Luta pela construção do Hospital de Angra, que é o primeiro a ser construído nos Açores pela Direcção das Construções Hospitalares. O hospital desenvolve-se, alargando as suas especialidades, e ele volta à luta novamente, agora pela sua ampliação, conseguindo-a.

Monta um serviço de cirurgia, mas orgulhava-se, particularmente, do "seu" bloco operatório que estruturou em condições de segurança intra operatória de qualidade idêntica à internacionalmente usada. Desenvolve a técnica de enfermagem usada na "London Medical School Hospital", e que ainda hoje se pratica e ensina no Hospital de Angra.

Sucintamente, traçámos aqui o perfil técnico/científico e, um pouco, da parte humana do grande senhor da cirurgia, mormente na área da ortopedia e traumatologia, que foi o Dr. Garrett.

A par do seu perfil de especialista de qualidade imérita, há que salientar que não menos imérita era a sua faceta humana: o sentido de serviço, a simplicidade, a disponibilidade, o trato afável, a preocupação pelos menos favorecidos, o sentido de humor, o dinamismo, o espírito de justiça, o sentido de família e tantos outros

atributos que seria impossível enumerar aqui, tornaram-no no amigo, no confidente e no indispensável conselheiro promotor de confiança na arte de curar.

O desaparecimento do mundo dos vivos deste grande senhor da medicina e do saber servir no sentido mais nobre do termo, que tanto dignificou os Açores merece, que os representantes do povo açoriano reunidos nesta sessão plenária, do Órgão máximo da Autonomia, exprimam o seu pesar e prestem a sua homenagem póstuma ao Dr. Viriato Machado da Costa Garrett, apontando-o como exemplo a todos aqueles que escolheram seguir a arte de Hipócrates".

Presidente: Está aberta a discussão destes dois Votos de Pesar.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Barros.

Deputado Ricardo Barros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista irá votar favoravelmente estes dois Votos de Pesar, por considerar que o teor dos mesmos apenas pode pecar por omissão em relação aos atributos do Dr. Viriato Garrett.

Apesar da diferença de idade, tive o privilégio de privar de perto com tão ilustre figura que dedicou toda a sua vida à nobre causa de salvar vidas e minorar o sofrimento alheio.

Pelas hábeis mãos passaram milhares de doentes, alguns com problemas tão graves que só um especialista com o seu saber conseguiu apurar curas consideradas quase impossíveis.

Não há Ilha dos Açores que não tenha um caso clínico que mereça ser recordado, exactamente pelo doente ter sido salvo pelo Dr. Garrett.

Penso mesmo poder afirmar que devido à Guerra Colonial, não haverá concelho deste país que não tenha um cidadão que hoje deva a sua recuperação à intervenção pronta e atenta de tão dedicado médico.

É pois natural que a sua cotação não tenha conhecido fronteiras e que o seu nome perdure na nossa memória colectiva.

Só é pena que tenhamos hoje de lamentar tão irreparável perda.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Com estes Votos de Pesar está a nossa Assembleia a prestar uma justa homenagem a um dos clínicos mais conhecidos não só na Região, mas fora dela e a um dos homens que nesta Região dedicou toda a sua vida profissional ao procurar resolver situações por vezes muito delicadas e por vezes tidas como impossíveis, nas mais diversas pessoas de toda a nossa Região e não só.

Aliás, como já foi afirmado, em todas as nossas ilhas, muitas são as pessoas que desde há muitos anos a esta parte, dirigiam-se e tinham como único refúgio dirigirem-se ao Dr. Garrett para resolver as situações de que padeciam.

Estou convencido que durante muitos anos terá sido ele o clínico mais conhecido em todas as ilhas da nossa Região.

Como disse no início, estamos a cumprir não um ritual de aprovação de voto de pesar, mas sim a cumprir um dever que é desta Assembleia e será de toda a nossa sociedade civil de prestar a devida homenagem a este homem que muito fez pela nossa Região.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar.

Vamos em primeiro lugar votar o Voto de Pesar apresentado pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Voto de Pesar apresentado pelo CDS/PP, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votamos em seguida o Voto de Pesar apresentado por um Grupo de Deputados do Partido Social Democrata.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos à apreciação de um outro Voto de Pesar apresentado pelo Sr. Deputado Paulo Valadão a quem peço o favor de o apresentar.

Deputado Paulo Valado (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

"VOTO DE PESAR

O falecimento do Maestro Fernando Lopes Graça, ocorrido na noite de 27 para 28 do mês corrente, constitui uma perda, de dimensão nacional, para a música, a arte e a cultura.

Fernando Lopes Graça, reconhecido como um dos grandes compositores de toda a história musical portuguesa, é autor de uma vasta e diversificada obra na qual assumem especial significado o "Requiem pelas vítimas do fascismo em Portugal" a "História Trágico-Marítima", o "Canto de Amor e de Morte", o ciclo de canções "As Mãos e os Frutos", com poemas de Eugénio de Andrade e as canções de resistências "Heróicas".

Fernando Lopes Graça para além de compositor, pedagogo e interventor cultural de grande qualidade e projecção, foi também um cidadão ímpar e exemplar, tendo sido desde a sua juventude um muito firme resistente à ditadura fascista.

Preso, perseguido, proibido de ensinar, Lopes Graça, não só manteve sempre a sua firmeza, como desenvolveu durante muitos anos intensa actividade de luta pela democracia.

A grandeza intelectual, política e de carácter desta figura ímpar é completada com o valiosíssimo trabalho de investigação, defesa e divulgação do património musical português, trabalho esse que estendeu a todo o País, incluindo esta Região Autónoma dos Açores.

Tendo em conta as razões expostas propomos que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores reunida em 29/11/94 aprova o seguinte Voto de Pesar:

"A Assembleia Legislativa Regional dos Açores considera que o recente falecimento do Maestro Fernando Lopes Graça constitui uma grande perda para a arte, para a cultura e para todo o País pelo que manifesta o seu mais profundo pesar".

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Fernando Lopes Graça, foi na verdade um notável compositor e um notável homem de cultura. Naturalmente quando morre uma pessoa destas, o país perde a sua arte e a sua cultura .

Fernando Lopes Graça, para além disso foi também um cidadão exemplar e um anti-fascista que durante uma grande parte da sua longa vida se viu perseguido e até preso pela ditadura.

É também importante realçar este aspecto aqui: a capacidade de Lopes Graça em resistir ao fascismo, em resistir à ditadura.

As considerações contidas na iniciativa apresentada pelo Partido Comunista, são também as nossas considerações.

É por isso que o Grupo Parlamentar do PS, numa homenagem a este homem de Cultura e a este cidadão, vai votar favoravelmente o Voto apresentado pelo Partido Comunista Português.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Gustavo Frazão.

Deputado Gustavo Frazão (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do PSD em consonância perfeita com os restantes grupos parlamentares e representações parlamentares aqui presentes, irá votar favoravelmente o Voto de Pesar apresentado pela Representação Parlamentar do Partido Comunista Português, porque entende que o falecimento do maestro Fernando Lopes Graça traduz uma perda de vulto na cena da música como tradução de um dos expoentes máximos da cultura portuguesa.

Para além do grande artista que foi Fernando Lopes Graça, deu-nos um exemplo de luta pela democracia e pela liberdade, pelo que é de inteira justiça associarmos à sua memória.

Não posso deixar de referir também o seu importantíssimo trabalho na recolha de todas as raízes folclóricas da Região Autónoma dos Açores, tanto como companheiro de trabalho, outro homem de inegável talento artístico e de renome internacional cujas marcas do seu trabalho se evidenciam ainda hoje nos quatro cantos do mundo, o grande compositor italiano Michel Giacométi, também já falecido.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma intervenção.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Para além das considerações que já fizemos queremos manifestar o pesar pelo desaparecimento de um dos grandes expoentes da nossa música e lembrar alguém que se dedicou de toda a alma e de todo o coração à cultura do nosso país, incluindo -

como é referido na proposta do voto e como já foi referido na intervenção anterior - o próprio trabalho que ele desenvolveu na Região, incluindo a sua permanência física. Por outro lado, salientamos a sua dedicação tendo trabalhado até ao fim da sua vida e tendo inclusivamente visto ser estreada, pela primeira vez a nível nacional, a sua última obra, o que se passou há mês e meio.

Recordar este homem como lutador pela liberdade é lembrar alguém que depois de ter exercido a sua própria profissão, foi-lhe anulado arbitrariamente o diploma escolar.

Pensamos que terá sido uma das arbitrariedades mais duras que foi feita pelo Regime que nos oprimiu durante 48 anos e que se passou com o maestro Fernando Lopes Graça ao ver ser anulado o próprio diploma de habilitação de professor que possuía.

Por tudo isto, este Voto de Pesar é também um voto de homenagem à figura do grande intelectual deste país, Fernando Lopes Graça.

Presidente: Não havendo mais intervenções vamos votar.

os Srs. Deputados que concordam com este Voto de Pesar, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos à apreciação do último Voto de Pesar apresentado por um grupo de deputados do Partido Socialista.

Pedia a um dos subscritores o favor de o apresentar.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

"VOTO DE PESAR

No passado dia 12 de Outubro, faleceu subitamente no Hospital de Angra do Heroísmo o Sr. António Simas da Costa.

Foi uma das mais prestigiadas figuras públicas da Ilha do Pico, das últimas décadas, tendo-se dedicado a inúmeras actividades sócio-culturais em prol da comunidade do concelho de S. Roque do Pico e das ilhas do Triângulo - Pico, Faial e S. Jorge, nomeadamente como Presidente da Filarmónica Liberdade do Cais do Pico, Presidente do Vitória Futebol Clube, Provedor da Santa Casa da Misericórdia de S.

Roque do Pico e Presidente da Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios do Triângulo .

Em 1975, foi nomeado Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de S. Roque do Pico, pelo então Governador do Distrito Autónomo da Horta, Comandante Sá Vaz, vindo a ser sucessivamente eleito Presidente da Câmara Municipal daquele concelho, em 1976, 1979, 1982, 1985 e 1989, cargo que desempenhou sempre com grande dignidade até Dezembro de 1993, sendo nessa altura o mais antigo Presidente de Câmara dos Açores em funções.

Desenvolveu uma obra e um tipo de gestão que, não isenta de erros e sendo cedo para ser historiada, pode e deve ser estudada e meditada com profundidade a nível autárquico.

Tendo em conta os considerandos acima expostos e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propomos à Assembleia Legislativa Regional dos Açores que aprove o seguinte:

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores manifesta o seu público pesar pelo falecimento do Sr. António Simas da Costa, que foi Presidente da Câmara Municipal de São Roque do Pico desde 1975 a 1993, interpretando assim o sentimento de consternação dos muitos cidadãos dos Açores que com ele privaram ao longo de mais de 18 anos da sua actividade autárquica e registando também, as excelentes qualidades humanas e de fino trato que sempre lhe foram reconhecidas".

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Álvaro Manito.

Deputado Álvaro Manito (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Partido Social Democrata vai votar favoravelmente este Voto de Pesar, por considerar que esta Câmara tem o estrito dever de prestar esta última homenagem pelos inúmeros serviços à Ilha do Pico, à Região e ao Partido Social Democrata.

Com efeito nas eleições autárquicas de 1976, 1979, 1982 e 1985, encabeçou o Sr. António Simas da Costa as listas do Partido Social Democrata à Câmara Municipal de São Roque do Pico, à qual presidiu.

Sacrificando muito a sua saúde e emprestando-lhe a dinâmica que se lhe impunha e que em muito dignificou o concelho de São Roque e respectivos Municípios.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vamos votar favoravelmente o Voto de Pesar apresentado, na medida em que pensamos que é a homenagem devida que esta Assembleia presta a um homem que durante muitos anos deu o seu saber e as suas capacidades à Administração Pública do seu concelho onde terá feito o melhor que soube e que pode.

Para além disso, é lembrar aqui uma figura simpática, uma pessoa conhecida pela maioria de nós.

Por isso mesmo, é merecedor este Voto que aqui é apresentado pelo Partido Socialista e que merecerá também a nossa votação favorável.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em nome da Representação Parlamentar do CDS/Partido Popular, manifesto a nossa solidariedade para com o Voto de Pesar que aqui é apresentado pelo Partido Socialista, em relação ao Sr. António Carlos Simas da Costa.

Tratou-se de uma figura de grande prestígio na Ilha do Pico e que inclusivamente pelo seu trabalho longo e profícuo em prol do seu concelho, transformou-se também num dos autarcas mais conhecidos desta Região e digno do nosso maior respeito e admiração pelo que vamos votar favoravelmente este justificado Voto de Pesar.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas mais duas achegas a esta proposta que aqui apresentámos.

Gostaria de lembrar que esta figura que tão precocemente desaparece do nosso convívio, há bem pouco tempo esteve nesta Casa agradecendo o que esta Assembleia tinha feito, ou seja, a aprovação do Voto de Saudação pela "Passagem dos 450 Anos da Vila de S. Roque" e ele pessoalmente quis vir a esta Casa distribuir e entregar a cada um dos Srs. Deputados uma medalha comemorativa desse evento.

Queria realçar que acima do homem que muitas vezes nunca quis partidarizar a sua actuação na Câmara, queremos saudar a memória do político que denotadamente se debateu pelas suas ideias, mas acima de tudo sempre por aquilo que ele pensava ser o melhor para o seu concelho.

"Partidarites", para quem o conhecia de perto - e alguns nesta Casa conheceram-no - não era com ele. Depois das eleições autárquicas, dizia ele: "- Agora meus amigos, trabalhar todos pelo mesmo rumo. Os partidos ficaram fora da porta da Câmara!".

Era realmente uma das maneiras, talvez um bocado próprias, que ele tinha de encarar estas situações e que na realidade aqueles que o conheciam sabiam que ele dizia isso com sinceridade.

Por outro lado, fico satisfeito, em nome desta bancada, que se tenha chegado a consenso sobre esta iniciativa tenha.

Nada mais me resta dizer.

Presidente: Não havendo mais intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este Voto de Pesar, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, antes de prosseguirmos com os nossos trabalhos, vamos fazer um intervalo de 20 minutos.

Recomeçaremos às 18.50 horas

Estão suspensos os nossos trabalhos.

(Eram 18.30 horas)

Presidente: Srs. Deputados, vamos prosseguir com os nossos trabalhos e vamos entrar no terceiro ponto do Período de Antes da Ordem do Dia dedicado ao tratamento de Assuntos de Interesse Político Relevante para a Região.

(Eram 19.20 horas)

Para uma intervenção vou dar a palavra ao Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É com enorme **satisfação** e **regozijo** que irei falar-lhes sobre a Moção de Orientação de Política Global "RENOVAR O PS PARA GOVERNAR OS AÇORES" apresentada pelo Deputado Carlos César ao VIII Congresso Regional do PS/Açores.

E, porque tenho grande satisfação e regozijo?

Porque a mesma confirma todas as situações de **conflitualidade**, de **anormalidade e de atropelos** do funcionamento do Partido Socialista, que durante os últimos dois anos denunciei nesta Casa e nesta tribuna, que foram sempre ou quase sempre negadas e rejeitadas ou encobertas pelos Deputados Socialistas.

A confirmação encontra-se nas seguintes citações da referida Moção:

"O diagnóstico da situação actual do PS/Açores apresenta um traço dominante de grande desorganização da sua matriz interna com subseqüentes ampliações na fraca capacidade de respeito ao quotidiano sócio-político dos Açores" citei (pág.7)

Outra passagem que atesta as minhas razões, diz o seguinte:

" Neste novo ciclo da vida partidária que se desenha a partir da realização do VIII Congresso é esse o grande objectivo a realizar, (já ouvimos esta mesma frase da boca do Professor Doutor Martins Goulart no VII Congresso). Tal desiderato implica uma mudança de comportamento dos agentes internos do partido, que passa pela prioridade de uma atitude de elaboração mais responsável e menos adstrita à morbidez conflitual que tão negativamente no passado limitou a projecção pública do PS/Açores" Citei. (Pág. 5).

A necessidade de repetir várias vezes, que entrou-se agora "NUM NOVO CICLO DE VIDA", dá-nos a sensação que Carlos César nunca foi um dos principais dirigentes do PS/Açores.

É o descaramento de tentar demonstrar que sobre todo o passado do partido, Carlos César não tem culpas ou se as tem não são significativas.

Até o maior desaire eleitoral que alguma vez o Partido Socialista sofreu, como se recorda, foi nas eleições à Assembleia Regional, onde Carlos César era candidato a Presidente do Governo, se calhar, também ao Professor Doutor Martins Goulart é-lhe imputada a responsabilidade do referido desaire.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Li a Moção de **ponta a ponta, reli alguns capítulos** e algumas vezes percebi que estava perante uma Moção de definição de estratégia política, outras vezes percebi que era um programa eleitoral de Governo e ainda **noutras** passagens percebi que era um normativo de instruções aos funcionários do Partido.

Senão vejamos:

Uma Moção de estratégia onde conste os procedimentos exigíveis a uma boa gestão financeira, como, cito " Os orçamentos anuais fixarão o conjunto dos objectivos, normas e critérios de distribuição das receitas do partido.

Que lucidez! A afirmação é minha. Continuando a transcrever " uma vez aprovados pelo órgão competente, ele será o instrumento norteador da gestão corrente dos nossos recursos financeiros" (Pág.9).

Meus Senhores, **rendo-me perante tão grande criatividade!**

Mais à frente, parece -me que o PS anda ou andou a saque, porque só agora irão proceder ao inventário dos bens móveis e imóveis que constituem o Património do Partido. (Pág.9).

A referência à Cultura (Pág.43) é sem dúvida, o melhor exemplo de um manifesto eleitoral. Existem outros, mas destaco este.

Seria exaustivo citar toda a alínea, mas referencio o seguinte:

"Especificamente-estou a citar- assume particular relevo no desenvolvimento de uma política de apoio à criação e função cultural: **seguem-se vários parágrafos**, que se iniciam por, colaborar..., apoio..., criação..., facultar..., divulgação..., melhoria..., preservação..., etc, etc, etc.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sobre o PODER LOCAL, a Moção faz uma exaustiva resenha histórica, daquelas que consta na introdução de qualquer Manual de Autarca.

Terminando com a referência às conclusões da Associação Nacional de Freguesias (Pág.31).

Parece novidade, para quem não conhece as reivindicações dos Presidentes e Membros das Assembleias e Juntas de Freguesia.

Aqui, neste meu comentário sobre as "ideias" do PS sobre o Poder Local, desejo recordar, que quando os apoiantes de Carlos César, na Ilha de S. Miguel, foram substituídos pelos do Professor Doutor Martins Goulart, os últimos, denunciaram o desaparecimento do ficheiro dos autarcas.

Consta que o mesmo apareceu após o VIII Congresso.

Também, desejo salientar como algo de muito positivo o Capítulo IV - A REFORMA DO MODELO AUTONÓMICO.(Pág.14).

Faço votos para que o PS, assuma na prática toda a teoria contida no referido capítulo.

Penso que, estão reunidos quase todos os pressupostos, que o PSD defende, para se avançar rapidamente na Ante-Proposta de Lei de alteração ao ESTATUTO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DA REGIÃO.

A linguagem e os termos da Moção, são muitos deles inspirados em declarações de sua excelência o Presidente da República e adaptadas à Região. Exemplo" A desertificação do interior do País advém das más políticas" disse sua Excelência o Presidente da República.

Carlos César disse: " O executivo de Mota Amaral é o causador da desertificação de algumas ilhas".

Referências, como "**Deficiências do Sistema de Saúde**", aqui desejo só recomendar que o líder do PS/Açores, contacte o Ministro Sombra da área da saúde do seu partido, Dr. Eurico Figueiredo, que lhe poderá explicar as virtudes da nossa política de Saúde.

Esta Moção tem ainda a virtude de assumir o que alguém definiu, sobre a palavra aprofundar:

"Apresentar conceitos simples em linguagem empolada."

Sr. Presidente, Sras. e Srs .Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para muitos socialistas este foi o Congresso dos saneamentos e do silenciamento.

Saneamentos, porque diversos dirigentes que foram preponderantes no dirigismo do PS/Açores nos últimos anos, que muito deram de si, alguns com prejuízo das suas vidas profissionais e privadas, foram saneados porque estiveram alinhados com o Professor Doutor Martins Goulart.

Aliás, como quase todo o partido no VII Congresso.

Não quiseram bajular Carlos César, como tantos outros ex-fiéis do Professor, pura e simplesmente deixou de haver lugar para eles. Tais como: Francisco Ribeiro, Frederico Páscoa, António Xavier, Luísa Noronha e Paulo Bermonte, etc, etc...

Silenciamento, porque quem pensa diferente do líder Carlos César, nem no órgão máximo do partido se pode expressar, como aconteceu ao Dr. António Bulcão.

Também, o Congresso contou com a presença do Líder Nacional do PS.

O Eng. António Guterres, - **o líder dos arautos da desgraça**, veio aos Açores afirmar talvez inconscientemente, porque a inconsciência é própria dos demagogos, que tudo o que vai mal na sociedade Açoriana, a culpa é do PSD e do Dr. Mota Amaral.

Mas, a credibilidade que os Açorianos devem dar a estas afirmações, é a mesma que já deram por três vezes.

Este líder do PS/Nacional, sempre que nos visita anuncia mais um Presidente do Governo Regional, agora é Carlos César.

E, quero desta tribuna protestar e repudiar, a **deselegância**, a **indelicadeza** com que o Eng. António Guterres se referiu ao PSD/Açores.

É inadmissível de um líder de dimensão Nacional.

Passo a citar: "Cavaco Silva deve é pôr na ordem os rapazes do PSD regional" - fim de citação.

Demonstra Guterres, a falta de postura de líder, de Governante, ou seja, a ausência de Estatura de Estadista.

Outro convidado socialista afirmou:

" O PS aqui não desistiu de lutar contra a ditadura".

Senhor Deputado Carlos César: Tendo V. Ex.^a sido eleito diversas vezes Deputado, em eleições livres e democráticas, não se sente ridicularizado com tal afirmação?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito mais havia para comentar, mas esta intervenção já vai longa, contudo não posso deixar de me referir à pseudo-renovação.

Será renovação substituir todos aqueles que se apresentam na "cauda" dos órgãos dirigentes?

Mantendo-se quase todos os dirigentes, só trocando de posições os que ocupam Presidências, Vice-Presidências e lugares próximos.

Isto não é uma renovação, é sim, uma **revelhação** sem precedentes.

Deputado Fernando Fonte (PS): Revelhação?! O que é isso?!

O Orador: Vejamos:

Presidente do Partido - Carlos César - Revelhação

Vice-Presidente do Partido - Dr. Dionísio Sousa - Revelhação

Vice-Presidente - Prof. Dr. Fernando Lopes - outra Revelhação

Vice-Presidente - Dr. José Contente - uma Renovação

Desejo salientar que esta estrutura foi inspirada no PSD/Açores, isto é, três Vice-Presidentes: 1 da Terceira, 1 de S. Miguel e um do Faial; isto revela a falta de Confiança Política nos dirigentes do Faial que não permitiu que ocupassem uma das vice-presidências.

O Órgão Máximo entre Congressos:

- Dr. Cunha de Oliveira

- Fernando Fonte

- Dr. Fernando Menezes

- Francisco Sousa

- Eng. José Martins Mota

- Manuel Serpa

- Dr. Renato Leal

- Dr. Ricardo Barros

Tudo revelhações, algumas elevadas ao cubo.

- Dr. Henrique Schanderl - Renovação

- Maria Natividade Luz - Renovação

- Dr. Eduardo Vieira - Renovação

Comissão Regional de Fiscalização Económica Financeira

Presidente - Manuel Goulart - não existiria sem ele, é um velho militante socialista.

Comissão de Jurisdição

Presidente - Dr. Carlos Mendonça - outro velho socialista

Comissão Regional

Presidente - Dr. Luís Martins Mota- outra Revelhação

(Risos do PS)

Vice-Presidente - Dr. Carlos Ávila - outra Revelhação

O PSD congratula-se com estas "pseudo-renovações".

Estas renovações/revelhações, enquadram-se nas declarações de Carlos César, proferidas após o Congresso Regional do PSD/Açores sobre a renovação, em 1990.

(Aparte inaudível da bancada do Partido Socialista)

O Orador: Se os Srs Deputados desejarem eu posso voltar a repetir alguns desses parágrafos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Carlos César, após o Congresso Regional do PSD/Açores sobre renovação afirmou, em 1990:

Passo a citar:

"De que vale ter "sangue novo", se quem continua a mandar é o pai velho? " - aplica-se também a si Sr. Deputado.

Termino, citando um jornal diário terceirense, que acompanhou o Congresso: "entendida a eleição de César como uma espécie de escolha de ocasião, no sentido de ser "o que está a dar".

Mais: quem não se recorda daqueles que já tiveram sempre com os anteriores líderes do PS?

Como era previsível o que aconteceu no VIII Congresso Regional do PS/Açores, foi a transferência da "espinha dorsal" do aparelho partidário, que disfarçava o apoio ...

(Aparte inaudível do Deputado Dionísio de Sousa)

O Orador: Sr. Deputado Dionísio de Sousa, eu vou repetir, porque o Sr. gosta deste parágrafo.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Não vale a pena, agente lê o diário das Sessões.

O Orador: Como era previsível o que aconteceu no VIII Congresso Regional do PS/Açores, foi a transferência da "espinha dorsal" do aparelho partidário, que disfarçava o apoio.

É o exemplo de que mais vale perder a dignidade política do que pôr em risco os lugares tão subservientemente conseguidos e mantidos.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como é do vosso conhecimento, uma delegação desta Assembleia constituída por dois deputados acompanhou o Senhor Presidente do Governo Regional em visita à comunidade portuguesa e açoriana da Califórnia.

Tendo a representação do PS sido assegurada por mim, pareceu-me curial deixar-vos a todos uma informação breve sobre a realidade que encontrei e sobre as principais questões que nos foram colocadas.

Pelo que observámos e pelos contactos intensos que mantivemos posso dizer-vos que a comunidade açoriana da Califórnia designadamente da zona da baía de São Francisco e do Vale de Santa Clara é, de um modo geral, próspera e que honra a nossa presença naquelas paragens, procurando com muita determinação uma implantação cada vez mais sólida e credível no seio da sociedade americana.

O 3.º Aniversário da Câmara do Comércio Português do Vale de Santa Clara constituiu um extraordinário momento de afirmação pública e de vitalidade de uma comunidade laboriosa e prestigiada.

Os emigrantes açorianos da Califórnia, como de outras paragens, constituem hoje um importante alicerce da nossa cultura e veículo da nossa criatividade.

A vitalidade da comunidade açoriana traduz-se hoje no plano económico em numerosas empresas comerciais e industriais e no plano cultural na existência de numerosas filarmónicas, clubes, grupos foclóricos, sociedades fraternais, instituições de assistência e irmandades do Espírito Santo.

Sente-se por todo o lado uma enorme solidariedade entre os portugueses, uma vontade férrea de progredir para além de um grande amor à nossa terra.

É por isso indispensável e urgente resolver alguns problemas existentes, como sejam a necessidade de professores, a intensificação do intercâmbio com a Universidade dos Açores, garantir a presença de livros de autores portugueses, fomentar visitas de jornalistas a estas ilhas, mesmo de jornalistas americanos, desenvolver esforços para melhorar as ligações aéreas proporcionando mais e melhores fluxos turísticos, procurar enquadrar a nível nacional e regional delicadas questões de natureza jurídica que penalizam os nossos emigrantes - como tive oportunidade de referir em intervenção anteriormente produzida nesta Câmara - encontrar facilidades para a pesquisa da genealogia, resolver a questão dos vistos e a grave questão da extradição que consubstancia a meu ver uma verdadeira violação de direitos humanos e também intensificar relações com as Câmaras de Comércio Luso-Americanas.

Uma referência final ao carinho e atenção com que fomos recebidos.

Termino assim, deixando nesta Assembleia Legislativa Regional dos Açores o testemunho público da minha admiração e do meu respeito por aquela comunidade que em terras tão distantes se ergue forte e determinada orgulhando-se de ser portuguesa e açoriana.

Bem hajam.

Disse.

(Aplausos da bancada do PS, PSD E CDS/PP)

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Deputado Jorge Cabral (PSD): O que é que vai vir por aí abaixo Paulo...?!

O Orador: As ligações aéreas e marítimas com a Ilha das Flores têm merecido a nossa atenção, tendo sido motivo de requerimentos apresentados e de intervenções aqui proferidas nos últimos Períodos Legislativos; acontece que as anomalias prosseguem e entendemos que elas devem continuar a ser denunciadas, até porque só não são resolvidas porque o Governo Regional e, no caso das ligações aéreas, a

administração da SATA, desrespeitam os legítimos interesses de uma ilha pequena como as Flores.

Como resposta a um dos muitos requerimentos, o Governo Regional "esclarece" que, **"o encerramento do Aeroporto aos Sábados e Domingos é da exclusiva responsabilidade da ANA, EP"**; isto, para além da demagogia que comporta na medida que a política aérea da Região ainda é da responsabilidade do Governo Regional, é inadmissível porque significa que a Região se submete aos ditames duma Empresa Pública e ainda o confessa publicamente!

Continuaremos a afirmar categoricamente a injustiça que é, as Flores serem mantidas sem ligações aéreas ao fim de semana, o que nos Açores apenas também acontece com a vizinha Ilha do Corvo!

Na resposta que já referimos diz o Governo Regional que **"o horário que, provisoriamente se encontrava então disponível nos sistemas informáticos de reservas era um resumo do horário de Inverno anterior"**, o que não passa de mais uma "balela" deste Governo Regional; em informática o resumo de um horário de carreiras aéreas é uma enormidade; para além disso, não é verdadeira a resposta que o Governo Regional enviou a esta Assembleia porque o horário de Inverno da SATA para 93/94 tinha voos para as Flores todos os dias excepto aos sábados e domingos.

Mas vejamos o horário deste Inverno. A SATA e o Governo Regional sempre defenderam que necessitavam de um mesmo tipo de avião para todas as ilhas; foram necessárias as obras no aeroporto das Flores para que ficasse comprovado que o Dornier servia muito bem a Ilha, principalmente durante o Inverno e utilizando também nessa linha o ATP. Acontece que neste horário o Dornier destina-se a servir todas as ilhas excepto as Flores; ou seja, o Dornier apenas serve as Flores à Sexta-Feira porque à Segunda e Quarta passa por lá com destino ou proveniente do Corvo e nos restantes dias não vai lá.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

E seria tão fácil tudo isto ser resolvido, sem mais encargos substanciais e em benefício das Flores e do Corvo, e sem necessidade da SATA fazer voos extraordinários para estas ilhas como já fez e continuará a fazer durante o Inverno. Bastaria nos dias em que o Dornier voa para o Corvo, ir às Flores o ATP, e nos

restantes dias o Dornier ligar a Terceira e a Horta com as Flores, incluindo o Sábado ou o Domingo. Só por teimosia, para nós incompreensível, a SATA e o Governo Regional não o fazem.

Mas, há mais. Como à 2ª e 4ª feira o Dornier faz o voo do Corvo, quem pretenda vir do Continente para as Flores só o pode fazer com passagem de residente à Terça, Quinta ou Sexta, porque os voos via Corvo só abrem 72 horas antes do voo se realizar, ao fim de semana não há voos, os residentes só podem utilizar o respectivo preço com passagem confirmada e com menos de 24 horas de "stop-over"; ainda temos a agravante de ser necessário sair de Lisboa na véspera e portanto pernoitar em S. Miguel ou na Terceira antes de chegar às Flores!

Tudo isto parece surrealista, mas é a verdade pura e simples, por mais respostas de mau pagador que dê o Gabinete do Senhor Secretário Regional dos Transportes, o qual pode deslocar-se todos os dias do Continente para a sua residência sem necessidade de pernoita noutra parte.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Também com os transportes marítimos as Flores continuam mal e não me venham dizer que o Estado-Região, nada tem a ver com o facto porque os transportes marítimos estão privatizados; não o venham dizer porque a regulamentação geral de todas as actividades compete ao Estado e as empresas não existem, nem podem existir, tão somente para se servir, mas também para servir, não podem apenas satisfazer os seus interesses, mas têm também de satisfazer o interesse da comunidade que servem.

Hoje somos servidos por transporte marítimo apenas uma vez por mês; diga-se desde já que é muito pouco, quando há 30 anos tínhamos barco de 15 em 15 dias! Quando este barco resolve o fluxo de importações e exportações esquecemos o transtorno dos comerciantes terem de fazer armazenagens para um mês, com os inconvenientes financeiros que isso acarreta, mas se aqueles fluxos não são resolvidos, estes problemas colocam-se com mais acuidade. Foi isso que aconteceu em Outubro, com o barco que no dia 24 deixou nas Flores 250 bovinos que deviam ter sido exportados nessa altura, com prejuízos diversos entre os quais a perda de peso desses animais que ficaram retidos nas explorações numa época do ano pouco favorável e onde ainda

utilizaram alimento destinado a ser usado durante o Inverno pelo efectivo permanente. E, a existência daqueles animais para exportação era do conhecimento da Empresa de transporte desde o princípio desse mês.

Mas o pior ainda, é o facto dos animais das Flores serem passeados por toda esta Região. Senão, vejamos: Na passada semana o navio esteve nas Flores e embarcou os bovinos na 2ª feira; na 3ª desembarcou-os na Ilha Terceira, onde foram baldeados para outro navio que saiu na 4ª. Na 5ª estavam na Horta e na 6ª em Ponta Delgada, para só ontem serem desembarcados em Lisboa. Ou seja, levaram uma semana para chegarem das Flores a Lisboa, viajando dentro de contentores, cujo custo de transporte...

(Aparte inaudível do Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente)

O Orador: Oh Sr. Secretário, aguarde que já vai ter a resposta.

O Sr. está a faltar à verdade, foi durante 3 dias,

...é elevadíssimo e onde dificilmente são alimentados, passando fome e sede. O resultado são avultadíssimas quebras de peso, com prejuízos avultados para a lavoura florentina. Não seria mais lógico os animais terem transbordo na Horta ou em S. Miguel, fazendo o barco das Flores ligação aos barcos que saem dessas Ilhas com o gado para Lisboa? Quando o navio sai das Flores com lotação esgotada não seria mais lógico que viajasse directamente para Lisboa, como aconteceu no fim da década de sessenta com o navio Faial ou como acontecia na década de oitenta com o Monte Brasil?

E teve aqui a resposta, Sr. Secretário Regional. Na década de 60, com o Navio Faial, ele ia directo das Flores para Lisboa e na década de 80, o Monte Brasil também fazia o mesmo percurso, e agora é isto que nós temos.

O Governo Regional não pode, nem deve falar em desenvolvimento harmónico da Região, enquanto existirem estrangulamentos desta ordem em Ilhas, que até talvez por serem mais pequenas necessitavam que fossem encontrados meios de não prejudicar o progresso que os seus habitantes procuram conseguir, mas que não

encontram incentivos ao desenvolvimento que competia ao Governo da Região proporcionar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Para o Governo Regional, a nossa voz nesta tribuna poderá ser "**a voz daquele que clama no deserto**", mas porque estamos a exprimir a vontade e o sentir do povo da nossa terra, vamos continuar a clamar por que nunca desistiremos de exigir que seja feita justiça.

Disse.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Olha que eu gostei, Paulo!

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Hélio Pombo.

Pedia ao Sr. Deputado António Gomes o favor de substituir o Sr. Deputado Hélio Pombo na Mesa.

(Neste momento o Deputado António Gomes substitui o Deputado Hélio Pombo no lugar de Secretário na Mesa da ALRA)

Deputado Hélio Pombo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo, Sr. Deputado Paulo Valadão:

Eu subscrevo a sua intervenção no que diz respeito aos transportes marítimos, mas no que diz respeito aos transportes aéreos, não subscrevo.

Eu venho ouvindo já algum tempo, o Sr. falar na questão da viagem do Dornier para o Corvo à Segunda e à Quarta - Feira.

O seu discurso tem vindo a notificar-se e a ficar mais moderado.

O Sr. até agora tem dito que não concorda que só entrem passageiros do Corvo no voo do Dornier e que não entrem passageiros das Flores, alguma coisa deste género. Agora, o Sr. já está a rectificar de algum modo essa posição.

Eu quero deixar muito claro ao Sr. Deputado que o Sr. está a defender a sua Ilha e a querer que saiam de lá os passageiros e eu quero, exactamente, o mesmo para a Ilha do Corvo. Só que há aqui um pormenor que o Sr. Deputado devia dizer à Câmara para conhecimento de todos os nossos colegas.

Enquanto a SATA não manteve um determinado período de reserva para os corvinos, estes esperavam um mês, Sr. Deputado, para poderem sair do Corvo.

Que o Sr. queira que os seus patrícios saiam das Flores, eu concordo, mas eu também quero que os corvinos saiam do Corvo, porque também têm direito a isso.

Há ainda outra questão, ou seja, ao Corvo só vai um Dornier. Às Flores vai o Dornier e o ATP várias vezes por semana.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, Sr. Deputado Hélio Pombo:

Estou totalmente de acordo com a defesa que o Sr. faz...

(Risos da Câmara)

Deputado Hélio Pombo (PCP): Ah muito bem!

O Orador: ... os Srs. estão a rir mas isto é sério, não estamos aqui a brincar!

O povo está a pagar para estarmos aqui e para tratar dos assuntos com seriedade.

Estava a dizer que o Sr. Deputado tem razão quando diz que os passageiros do Corvo devem ser defendidos e nós afirmamos isso categoricamente.

Deve ser dada protecção aos passageiros do Corvo e por isso às Quartas- Feiras, o avião que faz Horta - Corvo - Flores devia fazer Horta- Flores, Flores - Corvo, Corvo - Flores e regressar para que o ATP pudesse concentrar por exemplo, a mala do correio nas Flores e que o Dornier que vai com poucos passageiros nessa rota para Corvo pudesse levar a mala para não estarem 15 dias, 3 semanas à espera das cartas como estiveram ainda há 15 dias e poder haver trânsito.

Nos dias em que o voo serve a Ilha do Corvo, nesse mesmo dia o ATP devia fazer a rota das Flores.

Presidente: O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

O Orador: Se o ATP nesse dia fizesse a rota das Flores ter-se-ia a possibilidade dos passageiros das Flores fazerem o seu trânsito, de o ATP levar carga para as Flores

destinada ao Corvo e do Dornier partir da Flores se necessário e levar carga para o Corvo.

Era assim que se resolveria simultaneamente os problemas das Flores e do Corvo.

Eu nunca disse que deviam tirar a protecção dos passageiros do Corvo, pelo contrário, essa protecção deve-se manter.

O que penso é que o ATP em vez de ir outros dias da semana às Flores, iria apenas nesses dois dias e que nos dias em que vai o ATP às Flores deveria ir o Dornier.

Penso que a situação está esclarecida e que não é exactamente aquilo que o Sr. interpretou. A nossa posição é diferente dessa.

Só assim é que o Dornier vai servir aquelas ilhas, porque foi para isso que ele foi adquirido e não servir todas as outras ilhas excepto a que agora serve.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hélio Pombo para mais esclarecimentos.

Deputado Hélio Pombo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não propriamente um esclarecimento, mas sim para me congratular com a explicação que o Sr. Deputado Paulo Valadão deu.

Eu não tenho mais tempo para falar e também julgo que não há mais nada a dizer sobre este assunto, mas foi óptimo o Sr. deixar claro uma situação que eu não tinha entendido e alguns outros Deputados também não entenderam.

Assim os corvinos e os florentinos ficaram a saber o que é que o Sr. pensa e o que é que outros Deputados desta Casa também pensam.

Obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou 1994 como o Ano Internacional da Família e através da resolução n.º 44/82 de 8 de Dezembro de 1989, estabeleceu as principais actividades a serem desenvolvidas a vários níveis, envolvendo o governo e as instituições para que ao longo deste ano se pudesse reflectir e compreender melhor a importância da família na nossa sociedade.

Sendo a família um núcleo de continuidade e equilíbrio de uma sociedade, há que conservar e defender os seus valores.

Neste âmbito, construir novas solidariedades constitui um permanente desafio à nossa sociedade.

De facto, se por um lado as entidades públicas deverão reforçar a coordenação e o trabalho na resolução das situações mais gravosas, compete por outro lado às organizações não governamentais de solidariedade social e aos cidadãos uma atitude de compromisso para com as pessoas que vivem ainda em situações de extrema carência. No tocante às Instituições Particulares de Solidariedade Social na Ilha de S. Jorge estas têm desempenhado o seu papel com grande profissionalismo e dedicação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Cabe ao Instituto de Acção Social o papel de assegurar o desenvolvimento de acções de natureza preventiva, terapêutica e promocional numa perspectiva integrada dos problemas sociais através da cooperação e articulação com outras entidades públicas e privadas.

Segundo a filosofia e orientação do Instituto de Acção Social em que a comunidade e o seu principal núcleo, a família, são a grande aposta para as respostas mais adequadas, o papel subsidiário do estudo é feito pela ajuda e encaminhamento, através de profissionais da Acção Social.

Ao Assistente Social compete inventariar as necessidades e recursos existentes, fazendo o diagnóstico das situações de carência social com vista a ultrapassá-las e a saneá-las através de metodologias específicas e aplicadas a cada caso em particular.

Cabe ainda ao Instituto de Acção Social contribuir para a consciencialização de indivíduos e famílias quanto às suas necessidades e recursos, com vista à elaboração de projectos que levem à aceleração do processo de desenvolvimento sócio-económico.

À Ilha de São Jorge infelizmente esta filosofia e orientação não chegaram.

Continuamos naquela Ilha no que diz respeito à Acção Social com o chamado "Subsídio ao Choradinho", por falta de profissionais de Acção Social é certo, mas não é feito todo o trabalho de campo para que possam conhecer a real necessidade de cada indivíduo ou núcleo familiar.

Existem utentes com 2 ou 3 filhos que vão pedir à Assistente Social algum dinheiro para comprar pão e leite mas infelizmente ao receber o dinheiro dirigem-se para o primeiro café que encontram gastando-o em cigarros e bebidas alcoólicas ficando os filhos sem o leite e o pão. Casos destes terão que ser inventariados para que se dê o que de facto estes utentes necessitam e merecem.

Citando um provérbio chinês, deixo aqui o recado:

"Deve-se ensinar a pescar e não dar o peixe".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Todas as Ilhas têm características semelhantes de solo e clima, mas com grandes diferenças a nível da orografia.

A Ilha de S. Jorge com um comprimento de 65 km, uma largura média de 4 km e uma altitude média na ordem dos 400 metros é atingida por fortes ventos e pela ressalsa que atravessa a Ilha, não deixando grandes alternativas à produção pecuária.

O Sector Agro-Pecuário detém naquela Ilha uma função social e económica de grande importância ocupando a maior parte da população activa e é o responsável directo e indirecto pela formação de rendimentos e emprego.

Apesar de ao longo dos anos, vários estudiosos Universitários nos dizerem que é necessário acabar com a monocultura da vaca a médio prazo, o certo é que não se vislumbram grandes alternativas a esta cultura que tem sido o suporte da economia jorgense.

Ultimamente vários têm sido os cenários postos no que respeita aos lacticínios nos Açores, principalmente nas Ilhas da Terceira, São Miguel e S. Jorge.

O espírito cooperativo encontra-se fortemente enraizado na Ilha de S. Jorge, sendo a base de uma Cooperativa um grupo de pessoas que procura realizar um projecto comum para dar soluções a problemas individuais, a coesão do grupo, assim como o estudo, planeamento e realização do projecto dependem em primeiro lugar **do interesse e do esclarecimento de cada um dos seus membros.**

Os princípios Cooperativos não se harmonizam com a apropriação de benefícios à custa alheia, eles assentam sim num espírito de solidariedade entre pessoas iguais que, reconhecendo a semelhança de algumas das suas necessidades, procuram através da Cooperação, entrelajada e solidariedade, dar-lhes satisfação, constituindo

instrumentos válidos de defesa dos mais fracos perante os fortes, do ponto de vista económico.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na Ilha de S. Jorge existem 9 Cooperativas de Lactícínios que no ano transacto laboraram cerca de 20 milhões de litros de leite dando uma média de 2.000 toneladas de Queijo o que representa sem dúvida a maior fatia do bolo económico da Ilha.

Neste momento o sector Cooperativo leiteiro de São Jorge encontra-se algo debilitado por razões de vária ordem, nomeadamente porque o queijo de São Jorge é um queijo de longa cura e produção sazonal, o que implica guardar o produto por algum tempo sem poder realizar capitais com a venda do mesmo.

Outro factor **(infelizmente)** mas não menos importante é em alguns casos a insuficiência de gestão neste sector.

Daí a importância de fomentar a preparação dos dirigentes cooperativos através de acções de formação para que o dirigente tenha uma ideia bem clara do que é uma cooperativa e do regime legal em que se enquadra.

O Governo Regional em cumprimento da obrigação estatutária, na visita à Ilha de São Jorge no passado mês de Julho decidiu estudar formas de apoio financeiro ao sector cooperativo leiteiro de S. Jorge para que os produtores de leite possam receber mais atempadamente o fruto do seu trabalho.

Estamos de acordo e queremos congratular-nos com a decisão tomada.

Nesta área dos lacticínios e no que respeita à Ilha de São Jorge, penso que a solução é Açoriana e é dos Jorgenses. Temos que preservar aquilo que é nosso, o chamado **"Nosso Petróleo"** o Queijo **"São Jorge"**

Acho que a solução é a concentração, ou seja, um bom entendimento entre Cooperativas em que se façam acordos e se cumpram os mesmos, tendo em conta que o que está em causa é a economia de uma Ilha e não esta ou aquela zona.

Queremos continuar a vender o nosso produto Açoriano com marca dos Açores e não um produto Açoriano com outra marca qualquer.

O nosso queijo já pertence ao património da Ilha e como afirmava um jorgense ligado ao sector Cooperativo que passo a citar:

"Qualquer coisa que nos possam dar em troca vale por certo, muito menos que este património".

É verdade.

Mas não só de património vivem os nossos produtores de leite. É urgente que se ponha em prática o apoio financeiro às Cooperativas do sector leiteiro para que além do pagamento atempado do leite os produtores possam receber em vez de 35\$00 por litro, cerca de 51\$00 por litro como os produtores da Ilha Terceira e São Miguel, porque o custo dos factores de produção não são mais baixos em S. Jorge do que nas outras ilhas, antes pelo contrário, e só assim poderemos então afirmar que os Açores na área dos lacticínios têm um desenvolvimento harmónico.

Disse.

(Aplausos do PSD)

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Fonte pede a palavra com que finalidade?

Deputado Fernando Fonte (PS): Para pedir esclarecimentos, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Lá vem o Sr. Ministro Catroga!

(Risos do PSD)

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Mark Marques:

Eu comungo da sua preocupação revelada quanto aos aspectos de Acção Social na sua ilha.

Aliás, proximamente, terei a oportunidade, numa intervenção que também tenho, de dar algumas achegas ao problema que aqui levantou.

Se não fora um pequeno aspecto que o Sr. ressaltou aí, eu até poderia dizer que estava totalmente de acordo com aquilo que o Sr. disse, mas citou um provérbio chinês que diz: " se um pobre tiver fome dá-lhe o caniço e ensina-o a pescar, não lhe dê o peixe", ou qualquer coisa deste género.

Isto, conduz-me a um tipo de raciocínio com o qual eu não estou de acordo. Ou seja, se a família e os filhos de um alcoólico tiverem fome, o Sr. Deputado pensa que não se deve auxiliar, não se deve dar um subsídio, mas sim mandá-los aprender a pescar, não é isso?

É esta a minha dúvida.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Foi uma pergunta muito bem feita!

Deputado Fernando Fonte (PS): Foi um pedido de esclarecimento que eu fiz!

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Darei o esclarecimento com muito gosto e posso depois dar-lhe uma cópia da minha intervenção se assim o desejar.

O provérbio que eu citei foi: "Deve-se ensinar a pescar e não dar o peixe", porque um dia aquele que dá o peixe morre e a pessoa também morre porque não sabe pescar.

Portanto, ao que eu me refiro quando digo "Subsídio ao Choradinho", são àqueles utentes que vão à Acção Social e fazem uma "cramação", como se diz na ilha, da sua vida e é-lhe entregue um recibo para depois irem receber à Segurança Social.

Eu, como funcionário da Segurança Social, tenho experiência "in loco", não perguntei a ninguém.

Depois, em vez de comprarem aquilo que a família precisa - eu também conheço aquelas casas mais pobres e modestas de S. Jorge - o pai ou a mãe pega no dinheiro e em vez de ir ao supermercado, infelizmente dá-lhe outro destino.

Quando eu digo, deve-se ensinar a pescar e não a dar o peixe é por que as assistentes sociais, que neste caso são poucas e isso eu também frisei na minha intervenção, têm que ter um acompanhamento bastante prolongado, não é só um dia e depois dar o subsídio e está tudo "ok".

Nós sabemos que não é assim. Tem que ter um acompanhamento dia a dia e depois de semana a semana, mês a mês e ter as situações devidamente controladas.

Não sei se está esclarecido.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Ele estava esclarecido, quis foi perguntar!

Presidente: Srs. Deputados, estamos praticamente em cima da nossa hora regimental, já não há tempo útil para mais nenhuma intervenções.

Vamos suspender os nossos trabalhos por hoje.

Reuniremos amanhã pelas 10.00 horas e a nossa ordem de trabalhos será a que estava assinada para hoje, ou seja, "Leitura dos Relatórios nos termos do Artigo 119 ° do nosso Regimento" e depois continuaremos com a apreciação do "Orçamento e Plano da Região Autónoma dos Açores para 1995".

Srs. Deputados muito boa noite e muito obrigado.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

(Eram 20,00 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão: **PS** - *Dionísio de Sousa e José Nascimento Ávila*).

(Deputados que faltaram à Sessão: **PSD** - *Rui Luís*; **PS** - *Mário Machado*; **Deputado Indep.** - *Manuel António Martins*

A Redactora de 2.ª Classe: *Maria da Conceição Fraga Branco*

(Os documentos entrados na sessão estão publicados no diário final n.º 47)